



I Preâmbulo.

O Município de **CRUZ DAS ALMAS**, através deste Pregoeiro, designado pelo Decreto Municipal nº. 031/2024, torna público e leva ao conhecimento dos interessados, na forma da Lei n.º 14.133/2021, do Decreto Municipal nº. 366/2023, do Decreto Municipal nº. 163/2023, do Decreto Municipal nº. 165/2023, da Lei Complementar n.º 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº. 147/2014, do Decreto Municipal nº. 455/2021, do Decreto Municipal nº. 411/2021 suas alterações trazidas pelo Decreto Municipal nº. 099/2022, Decreto Municipal nº. 102/2018, e, de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame, fará realizar licitação na modalidade Pregão Eletrônico mediante as condições estabelecidas neste Edital.

II Órgão(s) Interessado(s)/Requisitante(s).

Secretaria Municipal de Esporte, Cultura, Turismo e Lazer.

III Modalidade

Pregão Eletrônico SRP nº. 004/2024.

IV Processo Administrativo.

219/2024.

V Tipo de Licitação.

Por Lote () Item () Global.

VI Regime de Execução.

Execução Indireta () Direta.

VII Critério de Julgamento.

Menor Preço () Maior Desconto.

VIII Forma de Fornecimento.

Parcelada () Integral.

XIV. Modo de Disputa.

Aberto Aberto e Fechado
 Fechado e Aberto.

X Inversão de Fases.

Sim Não.

XI Prazo de Vigência.

12 (Doze) Meses.

XII Prazo de Execução.

12 (Doze) Meses.

XIII Cota Exclusiva ME/EPP.

Sim Não.

XIV Prazo para Impugnar Edital.

03 (três) dias úteis.

XV Tratamento Diferenciado LC123/2026.

Sim Não

XVI Abrangência.

Nacional Internacional

XVII Consórcio.

Sim Não.

XVIII Garantia para Licitar.

Sim Não.

XIX Objeto.

Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais esportivos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Esporte, Cultura, Turismo e Lazer.

XX Credenciamento

Para participar do certame, o licitante interessado deve providenciar o seu credenciamento, com atribuição de chave e senha, diretamente junto ao provedor do sistema do Banco do Brasil, onde deverá informar-se a respeito do seu funcionamento, regulamento e instruções para a sua correta utilização.

As instruções para o credenciamento podem ser acessadas no seguinte sítio eletrônico <https://licitacoes-e2.bb.com.br/aop-inter-estatico/>.

IMPORTANTE: É de responsabilidade EXCLUSIVA do licitante interessado, além de credenciar-se previamente no sistema eletrônico utilizado no certame e de cumprir as regras do presente Edital.

XXI Data.	XXII Horário.
26/02/2024	09h:00min
XXIII Início do Acolhimento da Proposta.	XXIV Fim do Acolhimento da Proposta.
12/02/2024 – às 09h:00min.	26/02/2024 – às 08h:59min.

XXV Dotação Orçamentária.

Dispensado por se tratar de Sistema de Registro de Preços.

XXVI Processamento da Licitação.

A presente licitação será processada exclusivamente por meio eletrônico, sendo utilizado o Sistema do Banco do Brasil, disponibilizado e processado no endereço eletrônico <https://licitacoes-e2.bb.com.br/aop-inter-estatico/>

XXVII Estimativa de Preços.

LOTE 01	R\$	232.134,00
LOTE 02	R\$	493.379,90
LOTE 03	R\$	49.146,26
LOTE 04	R\$	224.950,29
LOTE 05	R\$	80.918,50
LOTE 06	R\$	635.404,80
LOTE 07	R\$	240.494,60
VALOR TOTAL	R\$	1.956.428,35

XXVIII Edital, Anexos e meios de informação.

As informações, impugnações e pedidos de esclarecimentos necessários ao perfeito conhecimento dos interessados neste certame serão prestados pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, até 03 (três) dias úteis que antecedem a data prevista para abertura das propostas.



Os pedidos de informações, esclarecimentos e impugnações OBRIGATORIAMENTE devem ser enviados ao Pregoeiro, por meio de EMAIL com endereço eletrônico licita.cruz@cruzdascalmas.ba.gov.br, dentro do prazo previsto neste Edital.

O Edital e seus Anexos poderão ser consultados e adquiridos gratuitamente através do Portal do Banco do Brasil <https://licitacoes-e2.bb.com.br/aop-inter-estatico/>, e do Município, com endereço eletrônico <http://www.cruzdascalmas.ba.gov.br/acessoainformacao>, após clicando na aba, **LICITAÇÃO**, dentro do Portal de **ACESSO A INFORMAÇÃO**.

Pregoeiro.

Paulo Cesar Marini Junior



Índice

1. EDITAL	5
2. DO OBJETO	5
3. DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS	5
4. DA CONDIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	5
5. DO CREDENCIAMENTO	7
6. DO DIREITO DE PREFERÊNCIA E TRATAMENTO DIFERENCIADO – LEI COMPLEMENTAR 123/2006, DAS ME/EPP E EQUIPARADOS.	8
7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	10
8. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	12
9. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES	14
10. DA FASE DE JULGAMENTO	19
11. DA FASE DE HABILITAÇÃO	22
12. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	26
13. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA	27
14. DOS RECURSOS.....	28
15. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	29
16. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	31
17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	32
18. DO FORO	33



1. EDITAL

A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CRUZ DAS ALMAS – BAHIA, através do Departamento de Compras e licitações, pela COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO – COMTRAT, localizada no Centro Administrativo Municipal de Cruz das Almas - Bahia, Rua Lélia Passos, s/n – Parque Sumaúma - Bairro Lauro Passos, CEP 44380-000, Telefone 0800 000 3167, torna público, para conhecimento de quantos possam se interessar, que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO SRP N.º. 004/2024, com critério de julgamento de menor preço por lote, objetivando a aquisição do(s) bem(ns) descrito(s) no item 1 – DO OBJETO deste Edital.

A participação no presente pregão dar-se-á por meio de sistema eletrônico, onde o licitante interessado deve providenciar o seu credenciamento, com atribuição de chave e senha, diretamente junto ao provedor do sistema do Branco do Brasil, onde deverá informar-se a respeito do seu funcionamento, regulamento e instruções para a sua correta utilização.

As instruções para o credenciamento podem ser acessadas no seguinte sítio eletrônico <https://licitacoes-e2.bb.com.br/aop-inter-estatico/>.

O Edital e seus Anexos poderão ser consultados e adquiridos gratuitamente através do Portal do Banco do Brasil <https://licitacoes-e2.bb.com.br/aop-inter-estatico/>, e do Município endereço eletrônico <http://www.cruzdascalmas.ba.gov.br/acessoinformacao>, após, clicando na aba, **LICITAÇÃO**, dentro do Portal de **ACESSO A INFORMAÇÃO**.

O procedimento licitatório e os atos dele decorrentes observarão as disposições da Lei Federal nº 14.133/21, do Decreto Municipal nº. 266/2023, do Decreto Municipal nº. 366/2023, do Decreto Municipal nº. 163/2023, do Decreto Municipal nº. 165/2023, do Decreto Municipal nº. 052/2024, da Lei Complementar n.º 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº. 147/2014, do Decreto Municipal nº. 455/2021, do Decreto Municipal nº. 411/2021 suas alterações trazidas pelo Decreto Municipal nº. 099/2022, Decreto Municipal nº. 102/2018, e, de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame.

2. DO OBJETO

2.1. O objeto da presente licitação, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

2.2. A licitação será de **menor preço por lote**, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

3. DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. As regras referentes aos órgãos gerenciadores e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

4. DA CONDIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal www.gov.br/compras, Certificado Digital ICP-Brasil.

4.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

4.2. Poderão participar desta Licitação empresas brasileiras ou estrangeiras em funcionamento no Brasil, pertencentes ao ramo de atividade relacionado ao objeto da licitação, e, que atenderem as condições exigidas constantes neste Edital e seus Anexos, e, que;

4.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos



praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros;

4.3.1. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados;

4.3.2. A não observância do disposto no item anterior ensejará desclassificação do licitante no momento da habilitação.

4.4. As microempresas e empresas de pequeno porte, assim qualificadas nos termos da Lei Complementar 123/06, alterada pela Lei Complementar 147/2014, poderão participar desta licitação usufruindo dos benefícios estabelecidos nos artigos 42 a 45 daquela Lei Complementar, devendo para tanto observar as regras estabelecidas de acordo com o Decreto Municipal nº. 455/2021, declarando no campo próprio do sistema sua condição.

4.5. **Não** poderão disputar esta licitação:

4.5.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.5.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

4.5.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

4.5.4. a pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta em qualquer órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta, Federal, Estadual ou Municipal;

4.5.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

4.5.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

4.5.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

4.5.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

4.5.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

- 4.5.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 4.5.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021
- 4.6. não tenham sido declaradas inidôneas para licitar e contratar com a Administração Pública;
- 4.7. O impedimento de que trata o item 4.5.3 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 4.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 4.5.1 e 4.5.2 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 4.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 4.10. O disposto nos itens 4.5.1 e 4.5.2 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 4.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- 4.12. A vedação de que trata o item 4.5.7 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.
- 4.13. Não será permitida a participação de pessoa física;
- 4.14. Não será permitido ainda a participação de empresas com falência decretada, em recuperação judicial e ou extrajudicial;
- 4.14.1. Exceção ao referido no item 4.14., somente será admitida participação de empresas em recuperação judicial, bem como empresas em processo falimentar desde que apresentada certidão emitida pela instância judicial competente demonstrando estar a empresa apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório;

5. DO CREDENCIAMENTO

- 5.1. Para participar do certame, o licitante interessado deve providenciar o seu credenciamento, com atribuição de chave e senha, diretamente junto ao provedor do sistema do Branco do



Brasil, onde deverá informar-se a respeito do seu funcionamento, regulamento e instruções para a sua correta utilização.

- 5.2. As instruções para o credenciamento podem ser acessadas no seguinte sítio eletrônico <https://licitacoes-e2.bb.com.br/aop-inter-estatico/>.
- 5.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema, implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
- 5.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 5.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 5.6. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação

6. DO DIREITO DE PREFERÊNCIA E TRATAMENTO DIFERENCIADO – LEI COMPLEMENTAR 123/2006, DAS ME/EPP E EQUIPARADOS.

- 6.1. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006, do Decreto n.º 8.538, de 2015, bem como do Decreto Municipal nº. 455/2021;
 - 6.1.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- 6.2. Não são aplicáveis os benefícios e demais disposições previstas nos artigos 42 a 49 da Lei Complementar 147/2014 no caso de licitação para aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, ao item e, em se tratando de contratação de obras e serviços de engenharia, às licitações cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- 6.3. A obtenção dos benefícios fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- 6.4. Nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato.
- 6.5. Como requisito para a participação no pregão, a licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que está ciente e concorda com as condições do edital e anexos.

- 6.6. A participação neste Pregão implica o reconhecimento pela Licitante de que conhece, atende e se submete a todas as cláusulas e condições do presente edital, bem como as disposições contidas na legislação indicada neste Edital, que disciplinam a presente licitação e integrarão o ajuste correspondente, no que lhe for pertinente.
- 6.7. A ME/EPP ou equiparado considerado empatado e mais bem classificado deverá ser convocado, após o término dos lances, para apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame em até 05 (cinco) minutos da convocação, sob pena de preclusão (Art. 45, inciso I c/c § 3º, da LC nº 123/06);
- 6.8. Caso não haja exclusividade que trata o item 5.2. deste Edital, no que tange as regras nesta licitação, todos os licitantes deverão permanecer conectados até que o Pregoeiro possa verificar a ocorrência de um possível empate, pois, caso aconteça, serão tomadas as seguintes providências:
- 6.8.1. A ME/EPP ou equiparado acima indicado que efetivamente apresente nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, desde que em tempo hábil, e atenda as demais exigências previstas neste Edital, terá adjudicado em seu favor o objeto licitado (Art. 45, I, da LC nº 123/06).
- 6.8.2. Não ocorrendo contratação de ME/EPP ou equiparado na forma do subitem anterior, serão convocadas as ME/EPP e equiparados remanescentes considerados empatados na ordem classificatória para o exercício do direito de ofertar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame (Art. 45, II, da LC nº 123/06).
- 6.8.3. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas ME/EPP e equiparados sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores ao lance mais vantajoso (Art. 44, §§ 1º e 2º, da LC nº 123/06).
- 6.8.4. O critério de empate (5%) deverá ser aferido segundo o preço obtido antes da negociação prevista na Seção "DA NEGOCIAÇÃO".
- 6.8.5. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro. No caso de não haver lances e verificada equivalência dos valores constantes das propostas de ME/EPP e equiparados que se encontrem em situação de empate, será realizado sorteio para que se identifique a primeira que poderá apresentar melhor oferta.
- 6.8.6. Somente se a contratação de ME/EPP ou equiparado que esteja dentro do critério de empate falhar é que o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora, atendidas as demais disposições deste Edital (§ 1º do art. 45 da LC nº 123/06).
- 6.8.7. Ainda como critério de desempate será dado preferência as empresas que apresentarem propostas de produtos de fabricação nacional.
- 6.8.8. O disposto nesta Seção somente será aplicável quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por ME/EPP ou equiparado (Art. 45, § 3º, da LC nº 123/06).

- 6.8.9. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 6.8.10. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.
- 6.8.11. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
- 6.8.12. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei 14.133/2021, assegurando-se a preferência, sucessivamente, na ordem assim definido nesta Lei.
- 6.9. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, e definido o julgamento das propostas, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas e encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
- 6.10. Havendo negociação, a mesma será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 6.11. O Pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, devidamente preenchida na forma do Anexo II – Modelo de Proposta de Preços, em arquivo único, exclusivamente através do sítio <https://licitacoes-e2.bb.com.br/aop-inter-estatico/>, no campo “opções”, “incluir anexo – proposta”, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 7.1. Na presente licitação, a fase de habilitação poderá mediante ato motivado com explicitação dos benefícios decorrentes, anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento nos termos do art. 17, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico do Banco do Brasil <https://licitacoes-e2.bb.com.br/aop-inter-estatico/>, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, dentro do prazo limite para acolhimento das propostas.
- 7.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, obrigatoriamente e simultaneamente os **documentos de habilitação e a proposta com o preço**, observado o disposto nos itens 11.1 deste Edital.
- 7.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante **declarará**, em campo próprio do sistema, que:

- 7.4.1. **Declaração** que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 7.4.2. **Declaração** que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);
- 7.4.3. **Declaração** que não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);
- 7.4.4. **Declaração** que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 7.5. O licitante organizado em cooperativa deverá **declarar**, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 7.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá **declarar**, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).
- 7.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 7.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 7.7. A falsidade da declaração de que trata o item 6.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.
- 7.8. Os licitantes poderão retirar, alterar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até prazo limite para acolhimento das propostas.
- 7.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase competitiva.

- 7.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase competitiva.
- 7.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 7.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 7.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 7.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 7.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 7.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 7.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 7.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 7.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 7.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

8. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 8.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 8.1.1. Valor unitário e total ou desconto do item/lote;
- 8.1.2. Marca;
- 8.1.3. Fabricante;
- 8.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 8.3. A proposta de preços deverá, ainda, conter os seguintes documentos:
- 8.3.1. Planilha de preços unitários e totais ofertados, conforme **Anexo II**;
- 8.3.2. A proposta de preços deverá ser apresentada juntamente com a Declaração de Elaboração Independente de Proposta, conforme Modelo constante no Edital, sob pena de desclassificação.

- 8.3.3. O licitante deverá apresentar a proposta de preços de forma detalhada, descrevendo o serviço a ser prestado se for o caso, indicando, prazos de validade, no que for aplicável, bem como os valores unitários e o total, contendo até duas casas decimais após a vírgula, conforme regras matemáticas, sob pena de desclassificação de sua proposta;
- 8.3.4. A Licitante deverá adequar sua proposta de preços inclusive se, sagrar-se vencedora, ao último lance, aplicando obrigatoriamente a fórmula de arredondamento para baixo, sob pena de desclassificação da proposta;
- 8.3.5. A Proposta de Preços será considerada em conformidade com as diretrizes deste Edital, expressa em moeda nacional, o Real (R\$), em algarismos e por extenso, computando todos os custos necessários para o atendimento do objeto desta licitação;
- 8.3.5.1. Se o objeto contiver além de aquisição, serviços e mão de obra, bem como obras e serviços de engenharia, a proposta comercial deverá vir acompanhado de:
- Se o objeto estabelecer apenas aquisição de bens, o licitante deverá apresentar apenas PLANILHA ORÇAMENTÁRIA (ANEXO II), já embutidos todos os custos.
 - Cada licitante deverá elaborar suas composições de custos que entenderem necessários para a conclusão do serviço, de acordo com as especificações técnicas, que demonstrem a viabilidade técnica e econômica dos valores propostos para o(s) serviço(s). Para efeito de composição de salários e demais gratificações na formação do preço deverão ser considerado a convenção coletiva da categoria, se for o caso.
- 8.3.6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 8.3.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 8.3.8. A apresentação da proposta implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Estudo Técnico Preliminar – ETP, e do Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 8.3.9. Ocorrendo discrepância entre os preços unitários e totais prevalecerão os primeiros, devendo o Pregoeiro proceder às correções necessárias.
- 8.3.10. A não apresentação das exigências acima, junto com a proposta de preços, acarretará na sua desclassificação.

- 8.3.11. Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro argumento não previsto em lei.
- 8.3.12. As propostas terão validade de 60 (sessenta) dias, contados da data prevista para abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital.
- 8.3.13. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.
- 8.3.14. Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.
- 8.3.15. Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa (Brasil), efetuada por Tradutor Juramentado.
- 8.3.16. Caso os documentos sejam de procedência estrangeira deverão também ser devidamente consularizados.
- 8.3.17. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 8.3.18. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos neste Edital.
- 8.3.19. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização perante os Tribunais de Contas (TCU, TCE, e ou TCM) e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências:
- assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou
 - condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

9. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 9.1. Na data e horário indicados no preâmbulo deste Edital terá início automático a sessão pública do pregão eletrônico.
- 9.2. A análise da conformidade das propostas visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos e será feita exclusivamente na fase de julgamento em relação à proposta mais bem classificada.

- 9.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 9.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 9.5. O lance deverá ser ofertado conforme estabelecido no critério de julgamento.
- 9.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 9.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 9.8. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 9.9. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 9.10. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **"aberto"**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 9.11. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 9.12. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 9.13. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 9.14. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 9.15. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 9.16. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **"aberto e fechado"**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 9.16.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 9.16.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10%



- (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 9.16.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 9.16.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subseqüentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 9.16.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 9.17. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "**fechado e aberto**", poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço / maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.
- 9.17.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 9.16.5, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.
- 9.17.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 9.17.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 9.17.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 9.17.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 9.18. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 9.19. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 9.20. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

- 9.21. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 9.22. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 9.23. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 9.24. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 9.25. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, caso haja, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#).
- 9.25.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 9.25.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 9.25.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 9.25.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 9.26. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 9.26.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:
- 9.26.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

- 9.26.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 9.26.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 9.26.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 9.26.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
 - 9.26.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
 - 9.26.2.2. empresas brasileiras;
 - 9.26.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
 - 9.26.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).
- 9.27. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 9.28. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 9.29. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 9.30. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 9.31. O Pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, devidamente preenchida na forma do Anexo II – Modelo de Proposta de Preços, em arquivo único, exclusivamente através do sítio <https://licitacoes-e2.bb.com.br/aop-inter-estatico/>, no campo “opções”, “incluir anexo – proposta”, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 9.32. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 9.33. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

10. DA FASE DE JULGAMENTO

- 10.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 4.5 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
 - 10.1.1. SICAF
 - 10.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.gov.br/corregedorias/pt-br/assuntos/sistemas-correcionais/banco-de-sancoes>); e
 - 10.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.gov.br/corregedorias/pt-br/assuntos/sistemas-correcionais/banco-de-sancoes>).
 - 10.1.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#); e,
 - 10.1.5. Outros órgãos de cadastro disponíveis, bem como órgãos de classe profissional.
- 10.2. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
 - 10.2.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
 - 10.2.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.
 - 10.2.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 10.3. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 10.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício.
- 10.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.
- 10.6. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, informa-se que foram utilizados os seguintes acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração.
- 10.7. Será **desclassificada** a proposta vencedora que:

- 10.7.1. conter vícios insanáveis;
- 10.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 10.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 10.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada de forma cabal, quando exigido pela Administração;
- 10.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 10.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração;
- 10.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
 - 10.8.1.1. Inexistência de ATAs e ou contratos firmados com a Administração Pública ou Privada com objeto igual ou semelhante contendo planilha de preços para conferência de valores próximos ofertados, dos últimos 12 (doze) meses;
 - 10.8.1.2. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
 - 10.8.1.3. inexisterem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 10.9. Em contratação de obras e serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:
 - 10.9.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;
 - 10.9.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital, conforme [art. 59, §3º, da Lei nº 14.133/2021](#);
 - 10.9.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.
 - 10.9.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.
- 10.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que oportunize que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 10.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para

apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, no prazo de 02 (duas) horas, em arquivo único, exclusivamente através do sítio <https://licitacoes-e2.bb.com.br/aop-inter-estatico/>, sob pena de desclassificação proposta.

- 10.11.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.
- 10.11.2. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.
- 10.11.3. Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;
- 10.11.4. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.
- 10.11.5. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.
- 10.12. Erros simples no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja alteração ou majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;
 - 10.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
 - 10.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 10.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.



- 10.14. O licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de desclassificação da proposta.
- 10.15. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 10.16. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema, acompanhado de relatório técnico da Secretaria Requisitante que avaliou as amostras.
- 10.17. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 10.18. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não estiver(em) em consonância com as especificações constantes no Instrumento Convocatório, o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

11. DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 11.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de executar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 11.2. A documentação exigida para fins de **habilitação** será a:
 - 11.2.1. Jurídica;
 - 11.2.2. Técnica;
 - 11.2.3. Fiscal, social e trabalhista e;
 - 11.2.4. Econômico-financeira.

***OBS:** a documentação que trata o item 11.2., poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.*

- 11.3. A documentação relativa à **Habilitação Jurídica** da licitante, cujo objeto social deve ser compatível com o objeto licitado, consistir-se-á do que se segue:
 - 11.3.1. Cédula de identidade ou outro documento válido com foto do(s) sócio(s);
 - 11.3.2. Em se tratando de empresa individual;
 - 11.3.2.1. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
 - 11.3.2.2. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

11.3.2.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:

11.3.2.3.1. ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

11.3.3. No caso de sociedade simples:

11.3.3.1. Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor e respectivas alterações, devidamente registrado, em se tratando de Sociedades Comerciais e, no caso de Sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

***Nota:** Somente no caso do contrato social em vigor, quando houver a consolidação das cláusulas contratuais, não será necessário a apresentação de todas as alterações contratuais.*

11.3.3.2. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

11.3.3.3. Decreto de Autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

11.3.3.4. No caso de cooperativa:

11.3.3.4.1. ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

11.4. A documentação relativa à **Qualificação Técnica** da licitante, cujo objeto social deve ser compatível com o objeto licitado, consistir-se-á do que se segue:

11.4.1. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, em papel timbrado e assinado pelo representante legal da empresa ou entidade.

11.4.1.1. O(s) atestado(s) deverá(ão) ser apresentado(s) constando as seguintes informações da emitente: papel timbrado, CNPJ, endereço, telefone, data de emissão, nome e cargo/função de quem assina o documento, bem como conter objeto, atividades desenvolvidas, período da contratação, quantitativos efetivamente executados se total ou parciais;

11.4.1.2. Será permitido o somatório de atestados;

11.4.1.3. Em se tratando de serviços contínuos, o licitante deverá apresentar certidão ou atestado que demonstre que tenha executado serviços similares ao objeto da licitação, em períodos sucessivos ou não, por um prazo mínimo, não superior aos últimos 3 (três) anos.

11.4.1.4. Permitida a participação de consórcio de empresas estabelecida no preâmbulo, a habilitação técnica, será feita por meio do somatório dos

quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, será observado o somatório dos valores de cada consorciado;

11.4.1.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte, haverá um acréscimo de 30% (trinta por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido no item 11.4., para os licitantes individuais, inteligência do § 1º art. 5º, da Lei 14.133/2021;

11.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia autenticada em cartório, ou assinados digitalmente por qualquer certificado admitido pela legislação em vigor

***Nota:** A documentação que for apresentada em cópias simples poderá ser autenticada via assinatura digital ou outro meio admitido em Lei, lembrando que os documentos em cópia simples ou apócrifos, que não tiverem sua autenticidade confirmada não possuem efeitos legais para este procedimento, com base na Lei 13.726/2018.*

11.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

11.6.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

11.7. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

11.8. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

11.9. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

11.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, contado da solicitação do Pregoeiro;

11.9.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

11.10. A documentação relativa à **Regularidade Fiscal, social e Trabalhista** consistir-se-á do que se segue:

11.10.1. Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);



- 11.10.2. Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto desta licitação;
- 11.10.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Certidão Conjunta de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, nos termos da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1.751/2014). - Tributos e Dívida Ativa da União do domicílio ou sede da licitante, através de certidões negativas ou certidões positivas com efeito negativo;
- 11.10.4. Prova de regularidade para com a Estadual (débitos inscritos e não Inscritos na dívida ativa), referente ao domicílio ou sede da licitante, através de certidões negativas ou certidões positivas com efeito negativo;
- 11.10.5. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, referente ao domicílio ou sede da licitante, através de certidões negativas ou certidões positivas com efeito negativo;
- 11.10.6. Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- 11.10.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943. (Incluído pela Lei nº 12.440, de 2011).
- 11.10.8. Apresentar **declaração** de que atende aos requisitos de habilitação, respondendo o declarante pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei [art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#).
- 11.10.9. Sob pena de inabilitação, o licitante deverá apresentar **declaração**, inclusive via sistema do Banco do Brasil, de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 11.10.10. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, **declaração** de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas Leis Trabalhistas, nas normas infralegais, nas Convenções Coletivas de Trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 11.10.11. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 11.10.12. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 11.10.13. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, Social e Trabalhista, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

- 11.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para [Lei 14.133/21, art. 64](#):
- 11.11.1. Necessidade de complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 11.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 11.12. A documentação exigida para a **Qualificação Econômico-Financeira** constitui-se do que se segue:
- 11.13. certidão negativa de falência, de recuperação judicial ou extrajudicial (Lei no 11.101, de 09/02/2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 30 (trinta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão.
- 11.13.1. No caso de praças com mais de um cartório distribuidor, os licitantes deverão ser apresentadas as certidões de cada um dos distribuidores.
- 11.14. Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis acompanhados do Termo de Abertura e Encerramento extraídos do livro diário, dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis, registrado na Junta Comercial, **apresentados na forma da Lei**, comprovando a boa situação financeira da licitante, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data da proposta;
- 11.14.1. Caso a licitante utilize-se da **Escrituração Contábil Digital - ECD**, nos termos dos Decretos Federais no 6.022/07 e 8.683/16, deverá apresentar também o recibo de entrega e notas explicativas.
- 11.14.2. As empresas recém-constituídas e que não tenham promovido a apuração dos primeiros resultados, poderão participar do certame apresentando o seu "**balanço de abertura**" que demonstre situação econômico-financeira satisfatória;
- 11.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital.
- 11.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 11.17. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

12. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 12.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de



decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

12.1.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do próximo fornecedor convocado, desde que:

12.1.1.1. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo;
e

12.1.1.2. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

12.2. A Ata de Registro de Preços poderá assinada por meio de assinatura digital ou outro meio hábil adminto na legislação vigente.

12.3. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

12.4. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

12.5. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

12.6. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

13. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

13.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

13.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

13.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

13.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata:

13.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado;

13.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

13.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

13.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

13.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços.

13.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

13.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

13.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

14. DOS RECURSOS

14.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

14.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

14.3.1. a intenção de recorrer deverá ser **manifestada imediatamente e de forma motivada**, sob pena de preclusão;

14.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 30 (trinta) minutos;

14.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

14.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

14.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

14.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar as razões de recurso para a Autoridade Competente, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento dos autos.

14.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

14.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição das razões do recurso, assegurada a vistas imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

- 14.8. As razões de recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da Autoridade Competente.
- 14.9. O acolhimento das Razões do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 14.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.cruzasalmas.ba.gov.br/acessoainformacao>.

15. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 15.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 15.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
 - 15.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
 - 15.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - 15.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - 15.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
 - 15.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
 - 15.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
 - 15.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 15.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
 - 15.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
 - 15.1.4.1. fraudar a licitação;
 - 15.1.5. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 15.1.5.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 15.1.5.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 15.1.5.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
 - 15.1.6. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.
 - 15.1.7. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

- 15.1.8. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 15.1.8.1. advertência;
 - 15.1.8.2. multa;
 - 15.1.8.3. impedimento de licitar e contratar; e
 - 15.1.8.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 15.2. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 15.2.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - 15.2.2. as peculiaridades do caso concreto;
 - 15.2.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - 15.2.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
 - 15.2.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 15.3. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **30 (trinta) dias** úteis, a contar da comunicação oficial:
- 15.3.1. Para as infrações previstas nos itens 15.1, 15.1.1 e 15.1.2.5, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado;
 - 15.3.2. Para as infrações previstas nos itens 15.1.3.1, 15.1.4, 15.1.4.1, 15.1.6 e 15.1.6, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 15.4. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 15.5. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 15.6. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 15.1, 15.1.1 e 15.1.2.5, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 15.7. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 15.1.3.1, 15.1.4, 15.1.4.1, 15.1.6 e 15.1.6, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 15.1, 15.1.1 e 15.1.2.5 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção

de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

- 15.8. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 15.1.2.5, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.
- 15.9. A apuração de responsabilidades relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 15.10. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 15.11. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 15.12. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 15.13. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

16. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 16.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.
- 16.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 16.3. As impugnações e os pedidos de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, referentes ao processo licitatório, e, serão enviados ao Pregoeiro, por meio de protocolo no setor de licitação ou para o endereço eletrônico licita.cruz@cruzdascalmas.ba.gov.br.
- 16.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

16.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

16.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

17.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

17.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

17.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

17.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

17.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

17.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias úteis de expediente na Administração.

17.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

17.9. É facultado ao Pregoeiro ou à Autoridade Competente, em qualquer fase deste Pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

17.10. No julgamento das propostas e na fase de habilitação, a Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

17.11. Caso os prazos definidos neste Edital não estejam expressamente indicados na proposta, eles serão considerados como aceitos para efeito de julgamento deste Pregão.

17.12. Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória n.º 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.



- 17.13. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 17.14. Edital e seus anexos como todos os atos do certame poderão ser consultados e adquirido através do Portal do Banco do Brasil <https://licitacoes-e2.bb.com.br/aop-inter-estatico/> e do Município endereço eletrônico <http://www.cruzdascalmas.ba.gov.br/acessoainformacao>, clicando na aba **LICITAÇÃO** no Portal de **ACESSO A INFORMAÇÃO**.
- 17.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 17.15.1. **ANEXO I** - Termo de Referência/Projeto Básico;
 - 17.15.2. **ANEXO II** – Modelo de Proposta de Preços;
 - 17.15.3. **ANEXO III** - Modelo de Declaração de Elaboração Independente de Proposta;
 - 17.15.4. **ANEXO IV** – Modelo de Minuta Ata Registro de Preços;
 - 17.15.5. **ANEXO V** – Modelo de Minuta de Contrato;
 - 17.15.6. **ANEXO VI** – Modelo de Declaração de Pleno Conhecimento e Atendimento às Exigências de Habilitação;
 - 17.15.7. **ANEXO VII** - Modelo de Declaração de Enquadramento da Lei Complementar nº. 123/2006;
 - 17.15.8. **ANEXO VIII** - Modelo de Carta Credencial / Procuração;
 - 17.15.9. **ANEXO XIV** – Modelo de Declaração para reserva de cargos para pessoa deficiente e reabilitado;
 - 17.15.10. **ANEXO X** – Modelo de Declaração de Anticorrupção;
 - 17.15.11. **ANEXO XI** – Cumprimento do Inciso XXXIII, do Art. 7º, da CF;
 - 17.15.12. **ANEXO XII** – Modelo de Declaração de Inexistência de fato impeditivo para a Habilitação;
 - 17.15.13. **ANEXO XIII** – Modelo de Declaração de não Ineidade;
 - 17.15.14. **ANEXO XIV** – Modelo de Declaração de cumprimento das exigências dos incisos II e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da CF/88;
 - 17.15.15. **ANEXO XV** – Dados para assinatura de ATA / Contratos;

18. DO FORO

- 18.1. Para quaisquer questões judiciais oriundas do presente Edital, fica eleito o Foro da Comarca de Cruz das Almas, Estado da Bahia, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
- 18.2. Os casos omissos serão dirimidos pelo Pregoeiro, com observância da legislação em vigor, em especial a Constituição Federal e a Lei 14.133/2021.

Cruz das Almas - BA, xxx, xxxxxxxxx de 2024.

PAULO CÉSAR MARINI JUNIOR
Pregoeiro Oficial



ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais esportivos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Esporte, Cultura, Turismo e Lazer.

2. JUSTIFICATIVA

A aquisição de materiais esportivos se faz necessária devido à demanda crescente de torneios, campeonatos e o desenvolvimento do Projeto Esporte para Todos no exercício do calendário 2024 da Secretaria Municipal de Esporte, Cultura, Turismo e Lazer. A secretaria é responsável pelo planejamento e execução das atividades esportivas em todo o município de Cruz das Almas. Logo, os materiais são necessários para manutenção das atividades dos programas da secretaria, sem o qual poderá prejudicar as atividades que são desenvolvidas. Sendo assim a aquisição dos referidos materiais é fundamental para o bom funcionamento das atividades da secretaria.

3. DO PRAZO DA EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

3.1. O prazo de vigência da ATA-SRP será de 12 meses, contados a partir da data da assinatura.

4. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 Dotação Orçamentária dispensada, por se tratar de sistema de registro de preços

5. DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES

5.1 As especificações e quantitativos estão descrito abaixo:

LOTE 01 - BOLAS					
Item	Discriminação	Unid	Qtd	V.UNIT	V.TOTAL
1	BOLA DE VOLEIBOL, SEMI-OFFICIAL, MATRIZADA CONFECCIONADA EM COURO SINTETICO, PESO 260 A 280G, CIRCUFERÊNCIA 65 A 67CM, MIOLO REMOVÍVEL E LUBRIFICADO, RECONHECIDA PELA CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE VOLEIBOL – CBV.	Unid	80	R\$ 180,51	R\$ 14.440,80
2	BOLA DE FUTEBOL DE CAMPO, OFICIAL, EM MICROFRIVA, RECONHECIDA PELA CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL, COM PESO DE 410 A 450 GRAMAS, PRESSÃO DE 10 A 12 LIBRAS, E CIRCUFERENCIA DE 68 A 70CM, EMBALAGEM: COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE.	Unid	600	R\$ 160,05	R\$ 96.030,00
3	BOLA, DE HANDEBOL, FEMININA, EM PU, PESO 325 A 400G, CIRCUNFERENCIA 54 A 56 CM, CAMARA DE BUTIL MIOLO REMOVIVEL E LUBRIFICADA, MATRIZADA, EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICACAO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE.	Unid	30	R\$ 240,52	R\$ 7.215,60
4	BOLA, DE FUTEBOL DE SALAO, OFICIAL, EM MICROFIBRA, PESO 410 A 440G, CIRCUNFERENCIA 61 A 64 CM, CAMARA DE BUTIL, MIOLO REMOMIVEL, MATRIZADA E LUBRIFICADA RECONHECIDA PELA CONFEDERACAO BRASILEIRA DE FUTEBOL DE SALAO. EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE.	Unid	250	R\$ 160,82	R\$ 40.205,00
5	BOLA, DE FUTVOLEI, OFICIAL, MATRIZADA, COM 32 GOMES, CONFECCIONADA EM PU, CIRCUNFERENCIA DE 68-69 CM, PESO DE 420-445 GRAMAS, CAMARA AIRBILITY, MIOLO SLIP SYSTEM REMOVIVEL E LUBRIFICADO.	Unid	20	R\$ 243,33	R\$ 4.866,60
6	BOLA, DE FUTEBOL SOCIETY, RECONHECIDA PELA CONFEDERACAO DE FUTEBOL SETE SOCIETY, EM MICROFIBRA, COM PESO DE 420 A 450 GRAMAS, PRESSAO DE 5 A 6 LIBRAS, E CIRCUNFERENCIA DE 68 A 69 CM.	Unid	300	R\$ 157,47	R\$ 47.241,00

7	BOLA, DE BASQUETEBOL, EM MICROFIBRA, NA COR VERMELHA, COM PESO DE 500 A 540 GRAMAS, PRESSAO DE 7 A 9 LIBRAS, E CIRCUNFERENCIA DE 72 A 74 CM, CAMARA DE BUTIL MAIOR RETENCA DE AR, MIOLO REMOVÍVEL E LUBRIFICADO EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICACAO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE.	Unid	50	R\$	285,50	R\$	14.275,00	
8	BOLA, DE HANDEBOL, OFICIAL, COURO SINTETICO, PESO 425 A 475G, CIRCUNFERENCIA 58 A 60 CM, CALIBRAGEM 6 LBS, CAMARA DE BUTIL, MIOLO REMOVIVEL, MATRIZADA, RECONHECIDA PELA CONFEDERACAO BRASILEIRA DE HANDEBOL EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICACAO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE.	Unid	30	R\$	180,00	R\$	5.400,00	
9	BOLA PARA TÊNIS DE MESA - OFICIAL PARA O JOGO, COM NO MÍNIMO 3 ESTRELAS, PROFISSIONAL, CONFECCIONADA EM ACETATO DE CELULÓIDE, 100% REDONDA, TAMANHO 40MM E PESO DE 2,75G. COR BRANCA. EMBALAGEM COM 6 UNIDADES.	Unid	50	R\$	49,20	R\$	2.460,00	
VALOR TOAL							R\$	232.134,00

LOTE 2 – ACESSÓRIOS ESPORTIVOS PARA FUTEBOL, VÔLEI, BASQUETE E HANDEBOL						
Item	Discriminação	Unid	Qtd	V.Unit	V.Total	
1	BOLSA DE MASSAGEM, COR PRETA, BOLSOS LATERAIS EXTERNOS, DUAS PORTA-GARRAFAS. ALÇA PARA TRANSPORTE. MATERIAL POLIÉSTER NYLON. DIMENSÕES: 42 CM (C), 29CM (A), 21 CM (L). CONTÉM: 02 BSNAGAS PLÁSTICAS PARA FLUÍDOS COM CAPACIDADE DE 250 ML CADA, 01 CX. DE ISOPOR PEQUENO (APROPRIADA AO TAMANHO DA BOLSA).	Unid.	30	R\$	196,38	R\$ 5.891,40
2	BANDEIRAS AUXILIARES.	Par	25	R\$	123,66	R\$ 3.091,50
3	BOMBA DE ENCHER BOLAS, ESPORTIVA PARA INFLAR BOLAS, MODELO DUPLA AÇÃO BIG, CONFECCIONADA EM MATERIAL POLIETILENO RÍGIDO TRANSPARENTE EM FORATO CILINDRICO COM 30MM DE DIÂMETRO, COM AS SEGUINTE MEDIDAS: (FECHADA -26CM) (ABERTA 43 CM), E NA PONTA ROSCA METÁLICA INTERNA, A MESMA DEVERÁ VIR ADPTADOR TIPO MANGUEIRA MEDINDO:167MM DE COMPRIMENTO, COM UMA DAS PONTAS COM ROSCA METÁLICA INTERNA E OUTRA PONTA COM ROSCA METÁLICA EXTERNA, MAIS DUAS AGULHAS METÁLICAS COM ROSCA.	Unid.	100	R\$	50,74	R\$ 5.074,00
4	REDE DE FUTEBOL SOCIETY, CONFECCIONADA NO FIO 4 E NA MALHA 14 EM CORDA TRANÇADA ENTRE NÓS. MATERIAL DE POLIETILENO 100% VIRGEM DE ALTA DENSIDADE COM TRATAMENTO UV. COR BRANCA. MODELO VÉU. MEDIDAS DE 5,00 METROS DE LARGURA X 2,30 METROS DE ALTURA X 1,00 METROS DE RECUO INFERIOR. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	Par	50	R\$	563,72	R\$ 28.186,00
5	REDE PARA FUTSAL EM POLIETILENO (PAR), (NYLON) DE FILAMENTO CONTÍNUO DE 4,00MM, MALHA DE 12X12CM, NA COR BRANCA, MEDINDO ENTRE 3,0 E 3,20M DE COMPRIMENTO, ENTRE 2,0 A 2,20M DE ALTURA, COM PROFUNDIDADE INFERIOR E SUPERIOR DE 1,0M.	Par	50	R\$	342,67	R\$ 17.133,50
6	REDE, PARA ESPORTE, DE VOLEYBOL OFICIAL, CONFECCIONADA EM POLIETILENO, COM QUATRO FAIXAS EM ALGODAO, COM PORTA ANTENA, DIMENSOES DE 1,00 X 9,50M.	Unid.	20	R\$	299,45	R\$ 5.989,00
7	REDE DE CESTA DE BASQUETEBOL DE SEDA, PAR DE REDES BASQUETE CHUÁ FIO 4MM DE SEDA COMPOSIÇÃO: CHUÁ DIMENSÕES APROXIMADAS (LXA): 7,5 X 27 CM. MALHA TRANÇADA DE 7X7 CM. FIO: 4 MM EM POLIPROPILENO COM PROTEÇÃO UV. DIMENSÕES (LXA): 45X40 CM.	Par	50	R\$	88,58	R\$ 4.429,00
8	REDE, de futebol de campo, oficial, em nylon, fio de 4mm DIMENSÕES: 7,5M NA LARGURA, 2,5M DE ALTURA, 1M DE RECUO SUPERIOR E 2,5M DE RECUO INFERIOR, COR BRANCA.	Par	50	R\$	791,12	R\$ 39.556,00
9	PRATINHOS CONES (MINI CONES CHAPÉU CHINÊS), COMPOSTO EM PVC, MATERIAL RESISTENTE, LEVE E FLEXÍVEL FACILITANDO OS TREINOS. KIT: 30 MINI CONES, SENDO 10 NA COR AZUL, 10 NA COR AMARELA E 10 NA COR VERMELHA. PARA QUALQUER TIPO DE MODALIDADE QUE EXIJA DEMARCAÇÃO, É USADO PRINCIPALMENTE EM TREINOS DE AGILIDADE E EXPLOSÃO. CORES FORTES, FACILITANDO A VISUALIZAÇÃO NO TREINO. COMPOSIÇÃO: PVC. TAMANHO: DIÂMETRO DA BASE: 19 CM. DIÂMETRO DO TOPO: 5 CM. ALTURA: 4 CM. GARANTIA CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO.	Unid.	500	R\$	164,04	R\$ 82.020,00
10	CRONÔMETRO ESPORTIVO, MANUAL, EM ACRÍLICO, DIGITAL, HORA, ALARME, TIMER REGRESSIVO.	Unid.	20	R\$	89,84	R\$ 1.796,80
11	CARTÃO PARA ÁRBITRO, EM ACRÍLICO, CORES AMARELO, AZUL E VERMELHO.	Unid.	60	R\$	23,22	R\$ 1.393,20
12	CONE COLORIDO GRANDE, PARA TREINAMENTO, DE BORRACHA FLEXIVEL, 23 CM, 22,3X14,6X14,6MM, CONFECCIONADO EM PVC COM BASE QUADRADA.	Unid.	50	R\$	15,04	R\$ 752,00
13	CONE COLORIDO PEQUENO, PARA TREINAMENTO, CONFECCIONADO EM PVC COM BASE QUADRADA.	Unid.	500	R\$	13,51	R\$ 6.755,00

14	ANTENA PARA VÔLEI (PAR), ANTENA OFICIAL PARA VÔLEI EM FIBRA DE VIDRO. POSSUI 1,80 METROS DE ALTURA E 1,0 CM DE LARGURA, NA COR OFICIAL BRANCA E VERMELHA.	Unid.	10	R\$	172,83	R\$	1.728,30
15	APITO PARA PROFESSOR, APITO ESPORTIVO DE PLÁSTICO PROFISSIONAL DE ALTA RESISTÊNCIA, PESANDO 10G COM 1CM DE PROFUNDIDADE X 1CM DE LARGURA X 4,50CM DE ALTURA, HOMOLOGADO PELA CBF AMPLITUDE 115 DECIBÉIS. DE DEDO. F40.	Unid.	40	R\$	153,30	R\$	6.132,00
16	APITO MESÁRIO, SEM ESFERA E BOLINHA, CONFECCIONADO EM INOX, ACOMPANHA CORDÃO PARA PESCOÇO.	Unid.	10	R\$	40,08	R\$	400,80
17	PLACAR DE MESA, EM PVC RÍGIDO DIMENCOES 21 CM (ALTURA) X 38 CM (LARGURA) PODENDO VARIAR +OU- 5 CM, COM MARCAÇÃO MAIOR DE 31 PONTOS E MARCAÇÃO MENOR DE 7 PONTOS.	Unid.	5	R\$	399,44	R\$	1.997,20
18	GARRAFA SQUEEZE, PLÁSTICA, COM 500ML.	Unid.	3000	R\$	10,67	R\$	32.010,00
19	LUVAS PARA GOLEIRO, FUTEBOL DE CAMPO, EM TECIDO SINTÉTICO E LÁTEX, INDICADO PARA TREINO E JOGO, GARANTIA CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO.	Par	50	R\$	159,67	R\$	7.983,50
20	LUVAS PARA GOLEIRO, FUTSAL, EM TECIDO SINTÉTICO E LÁTEX, INDICADO PARA TREINO E JOGO, GARANTIA CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO.	Par	50	R\$	159,67	R\$	7.983,50
21	TRAVES DE GOLZINHO MINIGOL TRAVE FERRO COM REDE (0.44 M X 0.67 M).	Par	10	R\$	342,74	R\$	3.427,40
22	REDE PARA GOLZINHO (0.44M X 0.67M).	Par	10	R\$	74,98	R\$	749,80
23	MACA DE TRANSPORTE PARA TRANSPORTE DE ATLETA	Und	10	R\$	1.950,00	R\$	19.500,00
24	REDE DE PROTEÇÃO ESPORTIVA SOB PARA COBERTURA DE CAMPO DE FUTEBOL SOCIETY E QUADRA FIO 2 MALHA 15	M2	20.000	R\$	10,47	R\$	209.400,00
VALOR TOTAL							R\$ 493.379,90

LOTE 03 - JOGOS					
Item	Discriminação	Unid.	Qtd	V.Unit	V.Total
1	JOGO DE DAMA E TRILHA - JOGO COM 24 PEÇAS, SENDO 12 CLARAS E 12 ESCURAS, CONFECCIONADAS EM PLÁSTICO, COM MEDIDA APROXIMADA DE 2,5CM DE DIÂMETRO. TABULEIRO CONFECCIONADO EM MADEIRA DO TIPO MDF, SENDO UMA FACE PINTADA COM FUNDO BRANCO ULTRAVIOLETA ATÓXICO, COM SERIGRAFIA COLORIDA ULTRAVIOLETA ATÓXICA FORMANDO CASAS CLARAS E ESCURAS (JOGO DE DAMA) E NA OUTRA FACE DO TABULEIRO, PINTADA COM FUNDO BRANCO ULTRAVIOLETA ATÓXICO E COM SERIGRAFIA ULTRAVIOLETA ATÓXICA COLORIDA (TRILHA), COM MEDIDAS APROXIMADAS DE 30CM X 30CM X 5CM. TABULEIRO DO TIPO GAVETA PARA ARMAZENAMENTO DAS PEÇAS. PESO APROXIMADO DO KIT: 600G. ACOMPANHA FOLHETO COM INSTRUÇÕES DOS JOGOS.	Unid.	50	R\$ 136,10	R\$ 6.805,00
2	JOGO DE XADREZ - JOGO COM 32 PEÇAS, SENDO 16 CLARAS E 16 ESCURAS, CONFECCIONADAS EM POLIPROPILENO DE ALTO IMPACTO. MEDIDAS APROXIMADAS DAS PEÇAS: REI: 10CM DE ALTURA X 4CM DE BASE, RAINHA: 8CM DE ALTURA X 4 DE BASE, BISPO: 7,5CM DE ALTURA X 4CM DE BASE, CAVALO: 7,5CM DE ALTURA X 4CM DE BASE, TORRE: 6CM DE ALTURA X 4CM DE BASE, PEÃO: 5CM DE ALTURA. X 3,5CM DE BASE. TABULEIRO CONFECCIONADO EM NAPA, COURVIN OU BIDIM, CASAS COM DIMENSÕES DE 5CM X 5CM, BORDAS COM DIMENSÕES DE 8CM X 10CM (DISTRIBUÍDAS NA BORDA SUPERIOR E BORDA LATERAL), TOTAL DO TABULEIRO COM MEDIDAS APROXIMADAS DE 45CM DE COMPRIMENTO E 45CM DE LARGURA. ACOMPANHA SACO CONFECCIONADO EM TNT PARA ARMAZENAMENTO DAS PEÇAS.	Unid.	20	R\$ 149,96	R\$ 2.999,20
3	KIT DE JOGO DE FUTEBOL DE BOTÃO - KIT CONTENDO 2 TRAVES, 20 BOTÕES, 2 GOLEIROS, 2 BOLAS E 2 PALHETAS. TRAVES E BOTÕES CONFECCIONADOS EM POLIPROPILENO E NUMERADOS COM ADESIVOS, GOLEIROS CONFECCIONADOS EM ACRÍLICO E NUMERADOS COM ADESIVO, BOLINHAS CONFECCIONADAS EM TECIDO DO TIPO LÃ, PALHETAS CONFECCIONADAS EM PETG. ACOMPANHA MALETA PARA ARMAZENAMENTO E FOLHETO COM AS REGRAS BÁSICAS DO JOGO.	Unid.	20	R\$ 85,22	R\$ 1.704,40
4	CONJUNTO DE DOMINÓ - PEÇAS CONFECCIONADAS EM RESINA FENÓLICA, COM 28 PEÇAS COM MARCAÇÃO PRETA. DIMENSÕES APROXIMADAS DAS PEÇAS: 4,8CM X 2,5CM X 1,2CM (CXLXE). AS PEÇAS DEVERÃO ESTAR ACONDICIONADAS EM EMBALAGEM RESISTENTE, TIPO CAIXA OU MALETA DE MADEIRA.	Unid.	50	R\$ 40,04	R\$ 2.002,00
5	MESA PARA JOGO DE BOTÃO MESA PARA JOGO DE BOTÃO - CONFECCIONADA EM MDP COM ESPESSURA DE 15MM. TAMPO EM DOIS TONS DA COR VERDE (ESTILO EUROPEU), COM AS DIMENSÕES: 121CM DE COMPRIMENTO, 80CM DE LARGURA E 0,67CM DE ALTURA. BORDAS REVESTIDAS COM MATERIAL DE PROTEÇÃO CONFECCIONADO EM PLÁSTICO (PARA PROTEÇÃO DA MESA E DOS BOTÕES). SUPORTE DOBRÁVEL COM PÉS CONFECCIONADOS EM TUBOS DE AÇO COM PINTURA EPÓXI.	Unid.	10	R\$ 243,48	R\$ 2.434,80



6	MESA, DE TENIS DE MESA COM MEDIDAS OFICIAIS QUE ATENDEM AOS PADROES DA ITTF. TAMPO CONFECCIONADO EM M.D.F. DE 25MM DE ESPESSURA, ACABAMENTO EM LACA AZUL COM LINHAS DEMARCATÓRIAS BRANCAS, BORDAS LATERAIS EM PERFIL DE MDF QUE ASSEGURAM ESTABILIDADE DOS TAMPOS. PÉS DE TUBO DE AÇO (PINTADOS DE PRETO) DOBRÁVEIS, COM RODÍZIOS. PERMITE O USO COMO PAREDEÃO PARA TREINO SOLITÁRIO. ACESSÓRIOS INCLUSOS (02 PARES DE RAQUETES EM MADEIRA COM REVESTIMENTO DE PELICULA DE BORRACHA, 02 REDES, 02 PARES DE SUPORTE DE REDE E 10 BOLAS).	Unid.	2	R\$	2.885,99	R\$	5.771,98	
7	MESA, DE PEBOLIM, PRODUZIDO EM MADEIRA DE LEI MACICA, COM ACESSÓRIOS, ACABAMENTO EM VERNIZ TINGIDO E BRILHANTE. SAIDA DA BOLINHA EM TAMPA DE GAVETA. BONECOS EM PLASTICO POLIPROPILENO. POSSUI VAROES EMBUTIDOS (NAO PASSANTES) PROPORCIONANDO MAIOR SEGURANCA AOS JOGADORES, CAMPO DE JOGO EM ALTO BRILHO COM ESPESSURA DE 6 MM. TAMANHO OFICIAL (MEDIDAS: 1,37M X 0,78M, ALT.: 0,90M). INCLUSE 10 BOLAS.	Unid.	4	R\$	2.429,55	R\$	9.718,20	
8	MESA DE FUTEVÔLEI, MEDIDAS: 137X185X75CM (LARGXCOMPXALT). MDF TX FORMICA BRANCA 15MM.	Unid.	4	R\$	4.427,67	R\$	17.710,68	
VALOR TOTAL							R\$	49.146,26

LOTE 04 - MATERIAL, E ACESSÓRIOS ESPORTIVOS PARA AS MODALIDADES DE BOXE, JUDÔ, KARATÊ, CAPOEIRA E JIU JITSU

Item	Discriminação	Unid.	Qtd	V.Unit	V.Total		
1	APARADOR DE CHUTE, FEITOS DE LONA NÁUTICA DE TRIPLA CAMADA SENDO UMA DELAS UMA TRAMA DE NYLON DE ALTA RESISTÊNCIA E DURABILIDADE. 3 ALÇAS TRASEIRAS, SENDO UMA FIXA E 2 REGULÁVEIS POR VELCRO INDUSTRIAL. COSTURAS REFORÇADAS, A ALÇA DE PEGADA ALÉM DAS COSTURAS POSSUI REFORÇO INTERNO ANTI-RASGO. A LATERAL É TODA REFORÇADA COM FITA DE NYLON E COSTURADA COM FIO DE GROSSO CALIBRE. REFORÇOS INTERNOS NOS PONTOS DE MAIOR ESFORÇO E TENSÃO. POSSUI 2 RESPIRADORES LATERAIS PARA SAÍDA DE AR FECHAMENTO INOVADOR EM ZÍPER INDUSTRIAL. POSSUI 3 CAMADAS DE ABSORÇÃO, SENDO 2 DE BORRACHA E 1 DE ESPUMA D-33 DE 10CM DE ESPESSURA. ABSORÇÃO DOS IMPACTOS SEM DEIXAR QUE O IMPACTO SEJA TRANSFERIDO PARA O TREINADOR, EVITANDO ASSIM LESÕES AOS BRAÇOS, COTOVELO E OMBROS DE QUEM SEGURA O APARADOR. LOGOMARCA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZ DAS ALMAS SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, E, OU ESPORTE.	Unid.	50	R\$	251,58	R\$	12.579,00
2	PELOTA DE COURO PARA LANÇAMENTO, 250 G, AFERIDA. IDEAL PARA ATLETAS INICIANTE OU USO ESCOLAR. FEITO DE COURO NATURAL LEGÍTIMO. PESO DE 250 G E DIÂMETRO APROXIMADO DE 6,5 CM.	Unid.	20	R\$	99,67	R\$	1.993,40
3	PERA PARA BOXE, PUNCHING BALL, PARA DESENVOLVER REFLEXOS E MELHORAR A RAPIDEZ E COORDENAÇÃO OLHO-MÃO, FEITO EM COURO, COM COSTURA REFORÇADA PARA LONGA DURABILIDADE, SACO LEVE PROJETADO PARA RECUO O E EQUILIBRADA PARA REBOTES PRECISOS. GARANTIA CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO.	Unid.	20	R\$	256,06	R\$	5.121,20
4	PROTETOR GENITAL, PARA PRÁTICA DE BOXE, COQUILHA, CONFECCIONADO EM POLIAMIDA.	Unid.	20	R\$	174,44	R\$	3.488,80
5	SACO EM LONA COM REDE; SACO PARA TRANSPORTE DE BOLAS, ALÇA DE TRANSPORTE. TELA COM REDE PARA PERMITIR UM TRANSPORTE MAIS COMPACTO, FACILIDADE DE ABERTURA/FECHO: CORDÃO DE AJUSTE DESLIZANTE, CAPACIDADE: 06 BOLAS. BOLSA PARA UMA BOMBA E AGULHAS DE ENCHIMENTO. LOGOMARCA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZ DAS ALMAS SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, E, OU ESPORTE.	Unid.	40	R\$	93,48	R\$	3.739,20
6	SACO, DE PANCADA, TIPO TETO SOLO (PUNCHING BALL), CONFECCIONADO EM COURO, ACOMPANHANDO OS GANCHOS E CORDAS PARA FIXAÇÃO, CÂMARA DE BORRACHA, DIMENSÕES DE: ALTURA 2 M, CIRCUNFERÊNCIA 74 CM, PESO 950 GRAMAS, COM VARIAÇÃO MÁXIMA 5% PARA +/-, GARANTIA MÍNIMA DE 1 ANO CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO LOGOMARCA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZ DAS ALMAS SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, E, OU ESPORTE.	Unid.	20	R\$	253,09	R\$	5.061,80
7	SACO PARA BOXE, EM COURO SINTÉTICO, COM ALÇA DE NYLON, PESO 70 KG, MEDINDO 120 CM. COM LOGOMARCA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZ DAS ALMAS SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, E, OU ESPORTE.	Unid.	20	R\$	270,86	R\$	5.417,20

8	SACO, PARA BOXE, EM COURO SINTÉTICO, COM ALCA DE NYLON, PESO 40 KG, MEDINDO 120 CM. EM PU DE ALTA RESISTÊNCIA, COM TRANÇADO DE RÁFIA, COM PROTEÇÃO DE EVA DE 2,5CM NO ENTORNO DE TODO O EQUIPAMENTO. PARAFUSOS COM CAPA PROTETORA, CAMADA INTERNA DE TECIDO PARA REFORÇAR A FIXAÇÃO, COSTURA DUPLA E PRONTO PARA SER PENDURADO LOGOMARCA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZ DAS ALMAS SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, E, OU ESPORTE.	Unid.	20	R\$	345,52	R\$	6.910,40	
9	PROTETOR, BUCAL SIMPLES, TERMO-AJUSTAVEL, PARA PRATICA DE BOXE, EM SILICONE INCOLOR, COM ESTOJO, GARANTIA MÍNIMA DE 1 ANO CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO, DE ACORDO COM A CBB - CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BOXE.	Unid.	200	R\$	38,30	R\$	7.660,00	
10	PROTETOR, DE CABEÇA, PARA PRATICA DE BOXE, EM COURO, ESPUMA INJETADA - ACOLCHOADO, PARA TREINAMENTO, COM FECHAMENTO EM CADAÇO E VELCRO, DIMENSÕES DE 25 CM (ALTURA) X 21 CM (LARGURA) X 70 A 80CM (CIRCUNFERÊNCIA) VARIAÇÃO MÁXIMA 5% PARA +/-, GARANTIA MINIMA DE 1 ANO CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO, DE ACORDO COM A CBB - CONFEDERACAO BRASILEIRA DE BOXE. LOGOMARCA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZ DAS ALMAS SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, E, OU ESPORTE.	Unid.	30	R\$	188,44	R\$	5.653,20	
11	MANOPLA, PARA PRATICA DE BOXE, TIPO LUVA EM COURO, ACOLCHOADA, COR PRETA. EMBALAGEM COM DADOS DE identificação DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE.	Par	40	R\$	162,72	R\$	6.508,80	
12	LUVA PARA KARATE, EM COURO SINTÉTICO, DE ALTA RESISTÊNCIA, TAMANHO ADULTO E INFANTIL.	Par	40	R\$	107,08	R\$	4.283,20	
13	PROTETOR, DE TORAX, PARA ARTES MARCIAIS, TAMANHO G, DUPLA-FACE, EM BORRACHA 2 (DOIS) CM E ESPUMA 1 (UM) CM, REVESTIMENTO SINTETICO, ALTA RESISTENCIA AO IMPACTO, COM ALCAS E COSTURA REFORÇADA.	Unid.	20	R\$	231,00	R\$	4.620,00	
14	LUVA DE BOXE, COURO SINTÉTICO, ESPUMA EXTRA GROSSA, FECHAMENTO AJUSTÁVEL EM VELCRO, TECIDO COM TRATAMENTO CONTRA AGENTES QUE CAUSAM ODORE, INDICADO PARA TREINO E COMPETIÇÃO, GARANTIA CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO.	Par	250	R\$	158,50	R\$	39.625,00	
15	AGOGO MÉDIO DUPLO CROMADO, PARA SE TIRAR SOM DESSE INSTRUMENTO BATE-SE COM UMA BAQUETA, QUE PODE SER DE MADEIRA, NAS "BOCAS", TAMBÉM CHAMADAS DE CAMPÂNULAS DO INSTRUMENTO.	Unid.	20	R\$	168,33	R\$	3.366,60	
16	ATABAQUE CORDA MÉDIO, O ATABAQUE É UM INSTRUMENTO MUSICAL DE PERCUSSÃO AFRO-BRASILEIRO. É TOCADO COM AS MÃOS E COM 02 BAQUETAS.	Unid.	5	R\$	777,33	R\$	3.886,65	
17	ATABAQUE TARRACHA MÉDIO, O ATABAQUE É UM INSTRUMENTO MUSICAL DE PERCUSSÃO AFRO-BRASILEIRO. É TOCADO COM AS MÃOS E COM 02 BAQUETAS.	Unid.	5	R\$	777,33	R\$	3.886,65	
18	SUPORTE OU PEDESTAL PARA ATABAQUES, FEITO EM MADEIRA DE LEI, AROS DE FERRO E ENVERNIZADO. TAMANHO MÉDIO.	Unid.	6	R\$	410,67	R\$	2.464,02	
19	BERIMBAU, É UM INSTRUMENTO DE PERCUSSÃO CARACTERÍSTICO DO BRASIL, FIGURA INDISPENSÁVEL EM TODAS AS RODAS DE CAPOEIRA, O INSTRUMENTO É COMPOSTO DE UMA CABAÇA, UM ARCO, UM CABO DE ARAME, UMA BAQUETA, O CAXIXI E UM PEDAÇO DE METAL (POPULARMENTE CHAMADO DE DOBRÃO).	Unid.	200	R\$	152,02	R\$	30.404,00	
20	TATAME PARA JIU JITSU 20 MM – 1,98 X 1,98 M2	Unid.	50	R\$	201,87	R\$	10.093,50	
21	RING BOXE PROFISSIONAL 7 X 7	Unid.	1	R\$	51.496,67	R\$	51.496,67	
22	MANOPLA FOCO / APARADOR DE SOCO PARA AS MÃOS.	Unid.	20	R\$	160,11	R\$	3.202,20	
23	COQUILHA EM POLIPROPILENO REVESTIDO COM VINIL, INDICADO PARA TREINOS E COMPETIÇÕES DE BOXE, TAMANHOS: P, M, G.	Unid.	20	R\$	174,44	R\$	3.488,80	
VALOR TOTAL							R\$	224.950,29

LOTE 05 - MATERIAL, ACESSÓRIOS PARA MODALIDADES DE GINASTICA E ATLETISMO							
Item	Discriminação	Unid.	Qtd	V.Unit	V.Total		
1	ARCO PLÁSTICO PARA GINASTICA, BAMBOLÊ COM 70 CM DE DIÂMETRO, ARMAÇÃO EM PVC (100%).	Unid.	300	R\$	7,46	R\$	2.238,00
2	FITA DE MARCAÇÃO DE QUADRA DE VÔLEI, CONFECCIONADA COM FIO DE POLIETILENO TRANÇADO COM 4CM DE LARGURA, IDEAL PARA DEMARCAR QUADRAS COM TAMANHO OFICIAL.	Unid.	10	R\$	175,41	R\$	1.754,10
3	PETECA OFICIAL, COMPOSTA DE DISCOS DE BORRACHAS, AMORTECEDOR, CHUMAÇO DE PENAS PRESOS PARALELAMENTE, DIMENSÕES DE 8 CM DE DIÂMETRO DA BASE E 20 CM DE ALTURA PODENDO VARIAR EM 5%.	Unid.	20	R\$	25,56	R\$	511,20
4	CORDA DE PULAR, EM POLIÉSTER, MED. 2,90M, AJUSTÁVEL E LEVE.	Unid.	200	R\$	26,43	R\$	5.286,00



5	COLCHONETE, PARA GINASTICA, MATERIAL CAPA DE POLIESTER, ESPUMA DE POLIURETANO, DIMENSAO: 1 METRO DE COMPRIMENTO, 50 CM DE LARGURA E 20 MM DE ESPESSURA, DENSIDADE 90, ANTI-MOFO E CHEIRO. LOGOMARCA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZ DAS ALMAS SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, E, OU ESPORTE. COMPRIMENTO: 90 CM, LARGURA: 40 CM, ESPESSURA 2,5 CM.	Unid.	300	R\$	87,42	R\$	26.226,00
6	HALTERES DE 2 KG EMBORRACHADOS.	Unid.	30	R\$	46,18	R\$	1.385,40
7	HALTERES 5 KG EMBORRACHADOS.	Unid.	30	R\$	170,78	R\$	5.123,40
8	ANILHAS DE 10 KG EMBORRACHADAS.	Unid.	20	R\$	256,94	R\$	5.138,80
9	BARRAS OCA PARA ANILHAS INOX 1.20 MT COM PRESILHAS	Unid.	10	R\$	285,14	R\$	2.851,40
10	STEP EVA ACADEMIA 90 CM X 32 CM X 10 CM GINASTICA AERÓBICA	Unid.	100	R\$	246,67	R\$	24.667,00
11	CABOS DE VASSOURAS.	Unid.	150	R\$	20,39	R\$	3.058,50
12	ELÁSTICO DE FORÇA – EXTENSOR PARA EXERCÍCIOS.	Unid.	30	R\$	89,29	R\$	2.678,70
VALOR TOTAL						R\$	80.918,50

LOTE 06 - UNIFORMES

Item	Discriminação	Unid.	Qtd	V.Unit	V.Total
1	UNIFORME ESPORTIVO, PARA BASQUETE, CAMISA E SHORTE EM POLIÉSTER 100%, SHORTE COM ELÁSTICO, CADA CONJUNTO COM 12 CAMISAS E 12 SHORTS. QUALIDADE DRY. TAMANHO P, M, G. COM LOGOMARCA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZ DAS ALMAS SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, E, OU ESPORTE.	CONJ.	30	R\$ 765,67	R\$ 22.970,10
2	UNIFORME ESPORTIVO, PARA FUTSAL, CAMISA NUMERADAS EM POLIÉSTER 100% TEXTURIZADO, DE TECIDO DRY, GOLA CARECA, RECORTE LATERAL NA MANGA COM DUAS CORES, CALÇÃO EM MICROFIBRA COM FORRO, CORDÃO E ELÁSTICO, CADA CONJUNTO COM 14 CAMISAS E 14 SHORTS, 14 PARES DE MEIÕES, DUAS CAMISAS DE GOLEIRO MANGA LONGA, PROTEÇÃO ACOCHOADA NOS COTOVELO. TAMANHOS P, M, G. COM LOGOMARCA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZ DAS ALMAS LOGOMARCA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURZ DAS ALMAS SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, E, OU ESPORTE.	JOGOS.	100	R\$ 820,25	R\$ 82.025,00
3	UNIFORMES PARA BOXE, CALÇÃO E CAMISETA, TECIDO DE ALGODÃO, TAMANHO P	JOGOS.	50	R\$ 69,97	R\$ 3.498,50
4	UNIFORMES PARA BOXE, CALÇÃO E CAMISETA, TECIDO DE ALGODÃO, TAMANHO M	JOGOS.	50	R\$ 80,30	R\$ 4.015,00
5	UNIFORMES PARA BOXE, CALÇÃO E CAMISETA, TECIDO DE ALGODÃO, TAMANHO G	JOGOS.	50	R\$ 110,63	R\$ 5.531,50
6	UNIFORME ESPORTIVO PARA HANDEBOL, CAMISA E SHORTES EM POLIÉSTER 100%, SHORTE COM ELÁSTICO, E MEIÕES EM ALGODÃO, SENDO CADA CONJUNTO COM CAMISAS, CALÇÕES E MEIÕES, TAMANHOS P, M, G. MODELO PADRÃO. COM LOGOMARCA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZ DAS ALMAS E SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, E, OU ESPORTE. MODELO PADRÃO. COM 14 CAMISA, 14 CALÇÃO E 14 MEIÕES.	JOGOS.	100	R\$ 641,04	R\$ 64.104,00
7	UNIFORME ESPORTIVO, PARA VÔLEI, CAMISA E SHORTE EM POLIÉSTER 100%, SHORTE COM ELÁSTICO, CADA CONJUNTO COM 12 CAMISAS E 12 SHORTS, DOZE MEIÕES. CONTENDO CAMISA DO LIBERO. TAMANHOS P, M, G. COM LOGOMARCA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURZ DAS ALMAS LOGOMARCA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURZ DAS ALMAS SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, E, OU ESPORTE.	JOGOS.	100	R\$ 614,37	R\$ 61.437,00
8	UNIFORME ESPORTIVO, FUTEBOL DE CAMPO, CAMISA E SHORTES EM POLIÉSTER 100%, SHORTE COM ELÁSTICO, TAMANHOS P, M, G, E MEIÕES EM ALGODÃO, SENDO CADA CONJUNTO COM 20 CAMISAS, 20 CALÇÕES E 20 PARES DE MEIÕES. MODELO PADRÃO. COM LOGOMARCA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZ DAS ALMAS E SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, E, OU ESPORTE.	JOGOS.	250	R\$ 975,41	R\$ 243.852,50
9	BANDAGEM, PARA BOXE, 65% ALGODAO, 35% POLIESTER, NA COR BRANCA, COM AS SEGUINTE DIMENSÕES: MINIMA DE 2,5M E MAXIMA DE 4,5M DE COMPRIMENTO, COM 5,7CM DE LARGURA, FECHAMENTO COM VELCRO COM LARGURA MAXIMA DE 2,5CM E COMPRIMENTO MAXIMO DE 8CM, GARANTIA MINIMA DE 1 ANO CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO.	Unid.	250	R\$ 56,80	R\$ 14.200,00
10	CALÇA DE CAPOEIRA ADULTO, EM ELANCA OU BRIN, PARA CAPOEIRA, COR BRANCA, CORDÃO, TAMANHOS P, M, G, COM LOGOMARCA PADRAO DA UNIDADE. LOGOMARCA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZ DAS ALMAS SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, E, OU ESPORTE.	Unid.	150	R\$ 50,97	R\$ 7.645,50



11	CALÇA DE CAPOEIRA INFANTIL, EM ELANCA, PARO CAPOEIRA, COR BRANCA, CORDAO, COM LOGOMARCA PADRAO DA UNIDADE, TAMANHOS: P, M, G E GG. LOGOMARCA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZ DAS ALMAS SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, E, OU ESPORTE.	Unid.	150	R\$	44,07	R\$	6.610,50
12	CAMISA DE HELANQUINHA, 100% POLIÉSTER. TAMANHOS: P, M, G E GG. LOGOMARCA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZ DAS ALMAS SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, E, OU ESPORTE.	Unid.	1000	R\$	31,00	R\$	31.000,00
13	SAPATILHA DE BOXE, EM COURO, CANO LONGO, TAMANHOS 36, 38,40,42	Par	30	R\$	262,64	R\$	7.879,20
14	CALÇÃO, DE BOXE, PARA COMPETICAO, CONFECCIONADO EM POLIESTER, COR AZUL, COM ELASTICO E CADARCO NA CINTURA NA COR BRANCA, TAMANHO P, M, G, GARANTIA MINIMA DE 1 ANO CONTRA DEFEITO DE FABRICACAO, DE ACORDO COM A CBB - CONFEDERACAO BRASILEIRA DE BOXE. LOGOMARCA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURZ DAS ALMAS SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, E, OU ESPORTE.	Unid.	250	R\$	77,75	R\$	19.437,50
15	KIMONO PARA JUDÔ COM BLUSA MANGA LONGA E CÓS DA CALÇA MAIS ALTO, TAMANHO P, M, G. LOGOMARCA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZ DAS ALMAS SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, E, OU ESPORTE.	Unid.	100	R\$	178,32	R\$	17.832,00
16	CHUTEIRA DE FUTEBOL DE CAMPO DE COURO SINTETÉTICO, CADARÇO SIMÉTRICO, FABRICADA EM EVA, SOLADO EM PVC, COM ACOLCHOAMENTO NO CALCANHAR, LINGUETA FINA E FLEXÍVEL NOS TAMANHOS 36,38,39,40,41,42 E 43.	Par	200	R\$	128,67	R\$	25.734,00
17	KIMONOS PARA JIU JITSU (100% ALGODÃO, ALTA RESISTÊNCIA, GRAMATURA 650, GOLA EM EVA, NOS TAMANHO: P, M, G E GG)	Unid.	50	R\$	352,65	R\$	17.632,50
VALOR TOTAL						R\$	635.404,80

LOTE 07 - TROFÉUS E MEDALHAS							
Item	Discriminação	Unid.	Qtd	V.Unit	V.Total		
1	TROFÉU PARA PREMIAÇÃO, COM 80CM DE ALTURA, COM FRISOS E TEXTURA METALIZADA NA COR DOURADA, COM BASE OCTOGONAL EM POLÍMERO NA COR PRETA E DEMAIS COMPONENTES NA COR DOURADA.	Unid.	50	R\$	253,39	R\$	12.669,50
2	TROFÉU PARA PREMIAÇÃO, COM 60CM DE ALTURA, COM FRISOS E TEXTURA METALIZADA NA COR PRATA, COM BASE OCTOGONAL EM POLÍMERO NA COR PRETA E DEMAIS COMPONENTES NA COR PRATA.	Unid.	50	R\$	230,67	R\$	11.533,50
3	TROFÉU PARA PREMIAÇÃO, COM 50CM DE ALTURA, COM FRISOS E TEXTURA METALIZADA NA COR BRONZE, COM BASE OCTOGONAL EM POLÍMERO NA COR PRETA E DEMAIS COMPONENTES NA COR BRONZE.	Unid.	50	R\$	200,33	R\$	10.016,50
4	TROFEUS EM ACRILICO, PERSONALIZADO COM DIMENSÕES DE 30CM (ALTURA) X 15CM (LARGURA), PERSONALIZADA COM AS DEFINIDAS PREMIAÇÕES ESPORTIVA.	Unid.	150	R\$	99,67	R\$	14.950,50
5	MEDALHAS DE HONRA AO MÉRITO, NA COR: DOURADA, METÁLICA, CROMADA, COM DIMENSÕES DE 6CM (DIÂMETRO) X 3 MM (ESPESSURA), COM FITA EM TECIDO, PARA PREMIAÇÃO ESPORTIVA. 5-6 CM	Unid.	2000	R\$	10,72	R\$	21.440,00
6	MEDALHAS DE HONRA AO MÉRITO, NA COR: PRATA, METÁLICA, CROMADA, COM DIMENSÕES DE 6CM (DIÂMETRO) X 3MM (ESPESSURA), COM FITA EM TECIDO, PARA PREMIAÇÃO ESPORTIVA. 5-6 CM	Unid.	2000	R\$	10,53	R\$	21.060,00
7	MEDALHAS DE HONRA AO MÉRITO, NA COR: BRONZE, METÁLICA, CROMADA, COM DIMENSÕES DE 6CM (DIÂMETRO) X 3 MM (ESPESSURA), COM FITA EM TECIDO, PARA PREMIAÇÃO ESPORTIVA. 5-6 CM	Unid.	2000	R\$	11,09	R\$	22.180,00
8	MEDALHAS DE ACRILICO, COM DIMENSÕES DE 7CM (ALTURA) X 7CM (LARGURA), COM FITA EM TECIDO, PERSONALIZADA COM AS DEFINIDAS PREMIAÇÕES ESPORTIVA.	Unid.	400	R\$	13,23	R\$	5.292,00
9	TROFÉU DE DOMINÓ 20 CM, COM FRISOS E TEXTURA METALIZADA NA COR DOURADA, COM BASE OCTOGONAL EM POLÍMERO NA COR PRETA E DEMAIS COMPONENTES NA COR DOURADA.	Unid.	50	R\$	85,91	R\$	4.295,50
10	TROFÉU DE DOMINÓ 30 CM, COM FRISOS E TEXTURA METALIZADA NA COR DOURADA, COM BASE OCTOGONAL EM POLÍMERO NA COR PRETA E DEMAIS COMPONENTES NA COR DOURADA.	Unid.	50	R\$	99,67	R\$	4.983,50
11	TROFÉU DE BARALHO 20 CM, COM FRISOS E TEXTURA METALIZADA NA COR DOURADA, COM BASE OCTOGONAL EM POLÍMERO NA COR PRETA E DEMAIS COMPONENTES NA COR DOURADA.	Unid.	50	R\$	85,91	R\$	4.295,50
12	TROFÉU DE BARALHO 30 CM, COM FRISOS E TEXTURA METALIZADA NA COR DOURADA, COM BASE OCTOGONAL EM POLÍMERO NA COR PRETA E DEMAIS COMPONENTES NA COR DOURADA.	Unid.	50	R\$	99,08	R\$	4.954,00
13	TROFÉU DE VOLEI 20 CM, COM FRISOS E TEXTURA METALIZADA NA COR DOURADA, COM BASE OCTOGONAL EM POLÍMERO NA COR PRETA E DEMAIS COMPONENTES NA COR DOURADA.	Par	50	R\$	85,91	R\$	4.295,50

14	TROFÉU DE VOLEI 30 CM, COM FRISOS E TEXTURA METALIZADA NA COR DOURADA, COM BASE OCTOGONAL EM POLÍMERO NA COR PRETA E DEMAIS COMPONENTES NA COR DOURADA.	Unid.	50	R\$ 99,67	R\$ 4.983,50
15	TROFÉU DE VOLEI 40 CM, COM FRISOS E TEXTURA METALIZADA NA COR DOURADA, COM BASE OCTOGONAL EM POLÍMERO NA COR PRETA E DEMAIS COMPONENTES NA COR DOURADA.	Unid.	50	R\$ 135,72	R\$ 6.786,00
16	TROFÉU DE DOMINÓ 40 CM, COM FRISOS E TEXTURA METALIZADA NA COR DOURADA, COM BASE OCTOGONAL EM POLÍMERO NA COR PRETA E DEMAIS COMPONENTES NA COR DOURADA.	Unid.	20	R\$ 130,67	R\$ 2.613,40
17	TROFÉU DE HANDEBOL 20 CM, COM FRISOS E TEXTURA METALIZADA NA COR DOURADA, COM BASE OCTOGONAL EM POLÍMERO NA COR PRETA E DEMAIS COMPONENTES NA COR DOURADA.	Unid.	20	R\$ 626,33	R\$ 12.526,60
18	TROFÉU DE HANDEBOL 30 CM, COM FRISOS E TEXTURA METALIZADA NA COR DOURADA, COM BASE OCTOGONAL EM POLÍMERO NA COR PRETA E DEMAIS COMPONENTES NA COR DOURADA.	Unid.	50	R\$ 99,62	R\$ 4.981,00
19	TROFÉU DE HANDEBOL 40 CM, COM FRISOS E TEXTURA METALIZADA NA COR DOURADA, COM BASE OCTOGONAL EM POLÍMERO NA COR PRETA E DEMAIS COMPONENTES NA COR DOURADA.	Unid.	50	R\$ 125,61	R\$ 6.280,50
20	TROFÉU CAPOEIRA, COM 20 CM DE ALTURA, COM FRISOS E TEXTURA METALIZADA NA COR DOURADA, COM BASE OCTOGONAL EM POLÍMERO NA COR PRETA E DEMAIS COMPONENTES NA COR DOURADA.	Unid.	100	R\$ 85,91	R\$ 8.591,00
21	TROFÉU CAPOEIRA, COM 30 CM DE ALTURA, COM FRISOS E TEXTURA METALIZADA NA COR DOURADA, COM BASE OCTOGONAL EM POLÍMERO NA COR PRETA E DEMAIS COMPONENTES NA COR DOURADA.	Unid.	100	R\$ 99,62	R\$ 9.962,00
22	TROFÉU CAPOEIRA, COM 50 CM DE ALTURA, COM FRISOS E TEXTURA METALIZADA NA COR DOURADA, COM BASE OCTOGONAL EM POLÍMERO NA COR PRETA E DEMAIS COMPONENTES NA COR DOURADA.	Unid.	100	R\$ 153,67	R\$ 15.367,00
23	TROFÉUS DE BOXE COM 30 CM DE ALTURA	Unid.	50	R\$ 89,49	R\$ 4.474,50
24	TROFÉUS DE BOXE COM 50 CM DE ALTURA	Unid.	50	R\$ 159,67	R\$ 7.983,50
25	TROFÉUS CAVALGADA COM 20 CM DE ALTURA	Unid.	20	R\$ 85,24	R\$ 1.704,80
26	TROFÉUS CAVALGADA COM 30 CM DE ALTURA	Unid.	20	R\$ 101,31	R\$ 2.026,20
27	TROFÉUS CAVALGADA COM 40 CM DE ALTURA	Unid.	20	R\$ 127,29	R\$ 2.545,80
28	TROFÉU PARA GOLEIRO 30 CM, COM FRISOS E TEXTURA METALIZADA NA COR DOURADA, COM BASE OCTOGONAL EM POLÍMERO NA COR PRETA E DEMAIS COMPONENTES NA COR DOURADA.	Unid.	30	R\$ 156,68	R\$ 4.700,40
29	TROFÉUS DE CICLISMO PERSONALIZADO	Unid.	30	R\$ 100,08	R\$ 3.002,40
VALOR TOTAL					R\$ 240.494,60

6. DA FISCALIZAÇÃO

6.1. A fiscalização da contratação será exercida pela servidora Rosa Maria Silva Coelho – Matrícula 889, a qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.

7. MÉTODOS E ESTRATÉGIAS DE SUPRIMENTO

7.1 – O fornecimento será efetuado mediante requisição, emitido pela Secretaria Municipal de Esporte, Cultura, Turismo e Lazer, com prazo de entrega não superior a 10 (dez) dias, contadas a partir do recebimento da requisição.

7.2 – O fornecimento deverá ser feito no local indicado pela Secretaria, à custa da empresa vencedora.

7.3 - Todas as despesas de transporte, tributos, frete, carregamento, descarregamento, encargos trabalhistas e previdenciários e outros custos decorrentes direta e indiretamente do fornecimento do objeto desta licitação, correrão por conta exclusiva da contratada.

8. RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

8.1 – Os produtos serão recebidos em conformidade com as características contidas neste Termo de Referência. Após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta apresentada pela contratada, e sua consequente aceitação, o agente

credenciado pela autoridade competente, especialmente para este fim, emitirá termo de recebimento e aceitação dos produtos nos quantitativos solicitados em cada requisição.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1– Efetuar a entrega dos produtos em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Secretaria Municipal de Esporte, Cultura, Turismo e Lazer, em estrita observância das especificações deste Termo de Referência e da proposta da contratada, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente.

9.2– Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do material, de acordo com os artigos 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

9.3 – O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 48 horas (quarenta e oito);

9.4– Atender prontamente a quaisquer exigências da Secretaria Municipal de Esporte, Cultura, Turismo e Lazer, inerentes ao objeto da presente licitação.

9.5 – Comunicar à Secretaria Municipal de Esporte, Cultura, Turismo e Lazer, no prazo máximo de 24h (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

9.6 – Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

9.7 – Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato.

9.8 – Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

9.9 – Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização da Contratante.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1 – A Contratante obriga-se a:

10.1.1 – Receber provisoriamente o material/serviço, disponibilizando local, data e horário.

10.1.2 – Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos.

10.1.3 – Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado.

10.1.4 – Efetuar o pagamento à Contratada mediante a apresentação da respectiva nota fiscal, devidamente discriminada e atestada pelo setor responsável, por meio de crédito em conta corrente bancária.

10.1.5 – Atestar o adimplemento da obrigação, desde que satisfaça às exigências previstas neste Termo.

10.1.6 – Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada viabilizando a boa execução do objeto contratado.

11. CONDIÇÕES PARA PAGAMENTO

11.1 – O pagamento será efetuado até o 10º (décimo) dia útil subsequente ao mês do fornecimento do Material/serviço, após o “atesto” do satisfatório atendimento do especificado.

11.1.2 – O pagamento será feito em moeda corrente, por meio de ordem bancária.

11.2 – Não será efetuado qualquer pagamento à Contratada:

11.2.1 – Antes da apresentação e da aceitação do documento de cobrança, de atestada a conformidade do fornecimento pelo setor competente da Contratante.

11.2.2 – Enquanto houver pendência relativa à liquidação de obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência, à apresentação de documentação exigida em disposição do ato convocatório, legal ou regulamentar, à regularidade fiscal.

11.2.3 – O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pela contratada deverá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções, sendo vedada a retenção de pagamento se a contratada não incorrer em qualquer inexecução do fornecimento ou não o tiver prestado a contento.

11.3.4 – A Entidade poderá conceder um prazo para que a contratada regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir a situação.

12. MEDIDAS ACAUTELADORAS

12.1 – Consoante o Artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

13. CONTROLE DA EXECUÇÃO

13.1 – A fiscalização da contratação será exercida por um representante da Secretaria Municipal de Esporte, Cultura, Turismo e Lazer já identificado, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.

13.2 – O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução do contrato.

13.3 – A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.

13.4 – O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

14. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas caracterizará a inadimplência da CONTRATADA, sujeitando-a as seguintes penalidades:

I - Advertência que será aplicada sempre por escrito;

II - Multa, nos seguintes percentuais:

a) multa no importe de 0,1% (um décimo por cento) do valor devido sobre o fornecimento ou parte dele, por dia de atraso na entrega ou na assistência técnica;

b) mais multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do Contrato ou da parcela, no caso de atraso superior a trinta dias, podendo ainda ser rescindido o contrato e aplicadas outras penalidades.

III - Suspensão temporária do direito de licitar com a Administração Pública Municipal;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, no prazo não superior a 05 (cinco) anos.

V - Rescisão unilateral do Contrato sujeitando-se a CONTRATADA ao pagamento de indenização à CONTRATANTE por perdas e danos;



VI - Indenização à CONTRATANTE da diferença de custo para contratação de outro licitante;
VII - As sanções previstas nesta Cláusula poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração, facultada ampla defesa a CONTRATADA, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato.

VIII - Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito.

a) Consideram-se motivos de força maior ou caso fortuito: guerra, revolução, bloqueios, epidemias, fenômenos meteorológicos de vulto, perturbações civis, ou acontecimentos assemelhados que fujam ao controle razoável de qualquer das partes contratantes.

§ 1º - A CONTRATANTE é competente para aplicar, nos termos da Lei Federal 14.133/21, as penalidades de suspensão temporária e declaração de inidoneidade.

§ 2º - As multas estipuladas nos inciso II desta cláusula serão aplicadas nas demais hipóteses de inexecução total ou parcial das obrigações assumidas.

§ 3º - O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido à CONTRATANTE no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da notificação, podendo ainda, ser descontado das Notas Fiscais e/ou Faturas por ocasião do pagamento, ou cobrado judicialmente se julgar conveniente.

§ 4º - A critério da Administração poderão ser suspensas às penalidades no todo ou em parte, quando o atraso na entrega do material for devidamente justificado pela firma e aceito pela CONTRATANTE, que fixará novo prazo, este improrrogável, para a completa execução das obrigações assumidas.

15 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1 - Esclarecimentos com relação a eventuais dúvidas deste Termo de Referência poderão ser esclarecidas nos dias úteis, nos horários das 8 às 12h e das 14h às 17h, na Secretaria Municipal de Esporte, Cultura, Turismo e Lazer ou pelo telefone: 3621-8400 ou endereço eletrônico licita.cruz@cruzdascalmas.ba.gov.br

Cruz das Almas - Bahia, XX de XXXX de XXXX

Josevaldo Caldas de Almeida
Secretaria Municipal de Esporte, Cultura, Turismo e Lazer



ANEXO II
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Ref: Processo Administrativo nº. xxxx/2024, Modalidade Pregão Eletrônico SRP nº. xxxx/2024.

Objeto:

Por este instrumento a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado devidamente inscrita no CNPJ sob nº. _____, com sede na _____, n. _____, CEP: _____, Bairro _____, na cidade de _____, Estado da Bahia, através do seu representante legal, neste ato por Sr(a). _____, CPF: _____, RG: _____ – SSP/BA, residente à _____, n. _____, Bairro _____, CEP _____, na cidade de _____ Estado da _____, para fins do disposto no Edital do Pregão Eletrônico SRP Nº. 004/2024, sob as penas da Lei:

Apresentar a Vossa Senhoria a nossa proposta de preços, detalhada na planilha anexa, para o fornecimento do objeto de que trata o Pregão Eletrônico SRP Nº. 004/2024, conforme especificação constante do Termo de Referência deste Edital, assumindo toda a responsabilidade pelas informações aqui prestadas;

Por esta proposta, declaramos inteira submissão aos preceitos legais em vigor, especialmente aos da Lei 14.133/2021, e às cláusulas e condições constantes do Instrumento Convocatório;

Tem a presente PROPOSTA por finalidade de submeter à apreciação de Vossas Senhorias, para a perfeito cumprimento das exigências desta licitação, a saber:

LOTE 01 - BOLAS					
Item	Discriminação	Unid	Qtd	V.UNIT	V.TOTAL
1	BOLA DE VOLEIBOL, SEMI-OFFICIAL, MATRIZADA CONFECCIONADA EM COURO SINTETICO, PESO 260 A 280G, CIRCUFERÊNCIA 65 A 67CM, MIOLO REMOVÍVEL E LUBRIFICADO, RECONHECIDA PELA CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE VOLEIBOL – CBV.	Unid	80		
2	BOLA DE FUTEBOL DE CAMPO, OFICIAL, EM MICROFRIVA, RECONHECIDA PELA CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL, COM PESO DE 410 A 450 GRAMAS, PRESSÃO DE 10 A 12 LIBRAS, E CIRCUNFERENCIA DE 68 A 70CM, EMBALAGEM: COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE.	Unid	600		
3	BOLA, DE HANDEBOL, FEMININA, EM PU, PESO 325 A 400G, CIRCUNFERENCIA 54 A 56 CM, CAMARA DE BUTIL MIOLO REMOVIVEL E LUBRIFICADA, MATRIZADA, EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICACAO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE.	Unid	30		
4	BOLA, DE FUTEBOL DE SALAO, OFICIAL, EM MICROFIBRA, PESO 410 A 440G, CIRCUNFERENCIA 61 A 64 CM, CAMARA DE BUTIL, MIOLO REMOMIVEL, MATRIZADA E LUBRIFICADA RECONHECIDA PELA CONFEDERACAO BRASILEIRA DE FUTEBOL DE SALAO. EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE.	Unid	250		
5	BOLA, DE FUTVOLEI, OFICIAL, MATRIZADA, COM 32 GOMES, CONFECCIONADA EM PU, CIRCUNFERENCIA DE 68-69 CM, PESO DE 420-445 GRAMAS, CAMARA AIRBILITY, MIOLO SLIP SYSTEM REMOVIVEL E LUBRIFICADO.	Unid	20		
6	BOLA, DE FUTEBOL SOCIETY, RECONHECIDA PELA CONFEDERACAO DE FUTEBOL SETE SOCIETY, EM MICROFIBRA, COM PESO DE 420 A 450 GRAMAS, PRESSAO DE 5 A 6 LIBRAS, E CIRCUNFERENCIA DE 68 A 69 CM.	Unid	300		

7	BOLA, DE BASQUETEBOL, EM MICROFIBRA, NA COR VERMELHA, COM PESO DE 500 A 540 GRAMAS, PRESSAO DE 7 A 9 LIBRAS, E CIRCUNFERENCIA DE 72 A 74 CM, CAMARA DE BUTIL MAIOR RETENCA DE AR, MIOLO REMOVÍVEL E LUBRIFICADO EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICACAO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE.	Unid	50		
8	BOLA, DE HANDEBOL, OFICIAL, COURO SINTETICO, PESO 425 A 475G, CIRCUNFERENCIA 58 A 60 CM, CALIBRAGEM 6 LBS, CAMARA DE BUTIL, MIOLO REMOVIVEL, MATRIZADA, RECONHECIDA PELA CONFEDERACAO BRASILEIRA DE HANDEBOL EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICACAO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE.	Unid	30		
9	BOLA PARA TÊNIS DE MESA - OFICIAL PARA O JOGO, COM NO MÍNIMO 3 ESTRELAS, PROFISSIONAL, CONFECCIONADA EM ACETATO DE CELULÓIDE, 100% REDONDA, TAMANHO 40MM E PESO DE 2,75G. COR BRANCA. EMBALAGEM COM 6 UNIDADES.	Unid	50		
VALOR TOAL					

LOTE 2 – ACESSÓRIOS ESPORTIVOS PARA FUTEBOL, VÔLEI, BASQUETE E HANDEBOL					
Item	Discriminação	Unid	Qtd	V.Unit	V.Total
1	BOLSA DE MASSAGEM, COR PRETA, BOLSOS LATERAIS EXTERNOS, DUAS PORTA-GARRAFAS. ALÇA PARA TRANSPORTE. MATERIAL POLIÉSTER NYLON. DIMENSÕES: 42 CM (C), 29CM (A), 21 CM (L). CONTÉM: 02 BISNAGAS PLÁSTICAS PARA FLUÍDOS COM CAPACIDADE DE 250 ML CADA, 01 CX. DE ISOPOR PEQUENO (APROPRIADA AO TAMANHO DA BOLSA).	Unid.	30		
2	BANDEIRAS AUXILIARES.	Par	25		
3	BOMBA DE ENCHER BOLAS, ESPORTIVA PARA INFLAR BOLAS, MODELO DUPLA AÇÃO BIG, CONFECCIONADA EM MATERIAL POLIETILENO RÍGIDO TRANSPARENTE EM FORATO CILINDRICO COM 30MM DE DIÂMETRO, COM AS SEGUINTE MEDIDAS: (FECHADA -26CM) (ABERTA 43 CM), E NA PONTA ROSCA METÁLICA INTERNA, A MESMA DEVERÁ VIR ADPTADOR TIPO MANGUEIRA MEDINDO:167MM DE COMPRIMENTO, COM UMA DAS PONTAS COM ROSCA METÁLICA INTERNA E OUTRA PONTA COM ROSCA METÁLICA EXTERNA, MAIS DUAS AGULHAS METÁLICAS COM ROSCA.	Unid.	100		
4	REDE DE FUTEBOL SOCIETY, CONFECCIONADA NO FIO 4 E NA MALHA 14 EM CORDA TRANÇADA ENTRE NÓS. MATERIAL DE POLIETILENO 100% VIRGEM DE ALTA DENSIDADE COM TRATAMENTO UV. COR BRANCA. MODELO VÉU. MEDIDAS DE 5,00 METROS DE LARGURA X 2,30 METROS DE ALTURA X 1,00 METROS DE RECUO INFERIOR. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	Par	50		
5	REDE PARA FUTSAL EM POLIETILENO (PAR), (NYLON) DE FILAMENTO CONTÍNUO DE 4,00MM, MALHA DE 12X12CM, NA COR BRANCA, MEDINDO ENTRE 3,0 E 3,20M DE COMPRIMENTO, ENTRE 2,0 A 2,20M DE ALTURA, COM PROFUNDIDADE INFERIOR E SUPERIOR DE 1,0M.	Par	50		
6	REDE, PARA ESPORTE, DE VOLEYBOL OFICIAL, CONFECCIONADA EM POLIETILENO, COM QUATRO FAIXAS EM ALGODAO, COM PORTA ANTENA, DIMENSOES DE 1,00 X 9,50M.	Unid.	20		
7	REDE DE CESTA DE BASQUETEBOL DE SEDA, PAR DE REDES BASQUETE CHUÁ FIO 4MM DE SEDA COMPOSIÇÃO: CHUÁ DIMENSÕES APROXIMADAS (LXA): 7,5 X 27 CM. MALHA TRANÇADA DE 7X7 CM. FIO: 4 MM EM POLIPROPILENO COM PROTEÇÃO UV. DIMENSÕES (LXA): 45X40 CM.	Par	50		
8	REDE, de futebol de campo, oficial, em nylon, fio de 4mm DIMENSÕES: 7,5M NA LARGURA, 2,5M DE ALTURA, 1M DE RECUO SUPERIOR E 2,5M DE RECUO INFERIOR, COR BRANCA.	Par	50		
9	PRATINHOS CONES (MINI CONES CHAPÉU CHINÊS), COMPOSTO EM PVC, MATERIAL RESISTENTE, LEVE E FLEXÍVEL FACILITANDO OS TREINOS. KIT: 30 MINI CONES, SENDO 10 NA COR AZUL, 10 NA COR AMARELA E 10 NA COR VERMELHA. PARA QUALQUER TIPO DE MODALIDADE QUE EXIJA DEMARCAÇÃO, É USADO PRINCIPALMENTE EM TREINOS DE AGILIDADE E EXPLOSÃO. CORES FORTES, FACILITANDO A VISUALIZAÇÃO NO TREINO. COMPOSIÇÃO: PVC. TAMANHO: DIÂMETRO DA BASE: 19 CM. DIÂMETRO DO TOPO: 5 CM. ALTURA: 4 CM. GARANTIA CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO.	Unid.	500		
10	CRONÔMETRO ESPORTIVO, MANUAL, EM ACRÍLICO, DIGITAL, HORA, ALARME, TIMER REGRESSIVO.	Unid.	20		
11	CARTÃO PARA ÁRBITRO, EM ACRÍLICO, CORES AMARELO, AZUL E VERMELHO.	Unid.	60		
12	CONE COLORIDO GRANDE, PARA TREINAMENTO, DE BORRACHA FLEXIVEL, 23 CM, 22,3X14,6X14,6MM, CONFECCIONADO EM PVC COM BASE QUADRADA.	Unid.	50		
13	CONE COLORIDO PEQUENO, PARA TREINAMENTO, CONFECCIONADO EM PVC COM BASE QUADRADA.	Unid.	500		
14	ANTENA PARA VÔLEI (PAR), ANTENA OFICIAL PARA VÔLEI EM FIBRA DE VIDRO. POSSUI 1,80 METROS DE ALTURA E 1,0 CM DE LARGURA, NA COR OFICIAL BRANCA E VERMELHA.	Unid.	10		

15	APITO PARA PROFESSOR, APITO ESPORTIVO DE PLÁSTICO PROFISSIONAL DE ALTA RESISTÊNCIA, PESANDO 10G COM 1CM DE PROFUNDIDADE X 1CM DE LARGURA X 4,50CM DE ALTURA, HOMOLOGADO PELA CBF AMPLITUDE 115 DECIBÉIS. DE DEDO. F40.	Unid.	40		
16	APITO MESÁRIO, SEM ESFERA E BOLINHA, CONFECCIONADO EM INOX, ACOMPANHA CORDÃO PARA PESCOÇO.	Unid.	10		
17	PLACAR DE MESA, EM PVC RIGIDO DIMENCOES 21 CM (ALTURA) X 38 CM (LARGURA) PODENDO VARIAR +OU- 5 CM, COM MARCAÇÃO MAIOR DE 31 PONTOS E MARCAÇÃO MENOR DE 7 PONTOS.	Unid.	5		
18	GARRAFA SQUEEZE, PLÁSTICA, COM 500ML.	Unid.	3000		
19	LUVAS PARA GOLEIRO, FUTEBOL DE CAMPO, EM TECIDO SINTÉTICO E LÁTEX, INDICADO PARA TREINO E JOGO, GARANTIA CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO.	Par	50		
20	LUVAS PARA GOLEIRO, FUTSAL, EM TECIDO SINTÉTICO E LÁTEX, INDICADO PARA TREINO E JOGO, GARANTIA CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO.	Par	50		
21	TRAVES DE GOLZINHO MINIGOL TRAVE FERRO COM REDE (0.44 M X 0.67 M).	Par	10		
22	REDE PARA GOLZINHO (0.44M X 0.67M).	Par	10		
23	MACA DE TRANSPORTE PARA TRANSPORTE DE ATLETA	Und	10		
24	REDE DE PROTEÇÃO ESPORTIVA SOB PARA COBERTURA DE CAMPO DE FUTEBOL SOCIETY E QUADRA FIO 2 MALHA 15	M2	20.000		
VALOR TOTAL					

LOTE 03 - JOGOS					
Item	Discriminação	Unid.	Qty	V.Unit	V.Total
1	JOGO DE DAMA E TRILHA - JOGO COM 24 PEÇAS, SENDO 12 CLARAS E 12 ESCURAS, CONFECCIONADAS EM PLÁSTICO, COM MEDIDA APROXIMADA DE 2,5CM DE DIÂMETRO. TABULEIRO CONFECCIONADO EM MADEIRA DO TIPO MDF, SENDO UMA FACE PINTADA COM FUNDO BRANCO ULTRAVIOLETA ATÓXICO, COM SERIGRAFIA COLORIDA ULTRAVIOLETA ATÓXICA FORMANDO CASAS CLARAS E ESCURAS (JOGO DE DAMA) E NA OUTRA FACE DO TABULEIRO, PINTADA COM FUNDO BRANCO ULTRAVIOLETA ATÓXICO E COM SERIGRAFIA ULTRAVIOLETA ATÓXICA COLORIDA (TRILHA), COM MEDIDAS APROXIMADAS DE 30CM X 30CM X 5CM. TABULEIRO DO TIPO GAVETA PARA ARMAZENAMENTO DAS PEÇAS. PESO APROXIMADO DO KIT: 600G. ACOMPANHA FOLHETO COM INSTRUÇÕES DOS JOGOS.	Unid.	50		
2	JOGO DE XADREZ - JOGO COM 32 PEÇAS, SENDO 16 CLARAS E 16 ESCURAS, CONFECCIONADAS EM POLIPROPILENO DE ALTO IMPACTO. MEDIDAS APROXIMADAS DAS PEÇAS: REI: 10CM DE ALTURA X 4CM DE BASE, RAINHA: 8CM DE ALTURA X 4 DE BASE, BISPO: 7,5CM DE ALTURA X 4CM DE BASE, CAVALO: 7,5CM DE ALTURA X 4CM DE BASE, TORRE: 6CM DE ALTURA X 4CM DE BASE, PEÃO: 5CM DE ALTURA. X 3,5CM DE BASE. TABULEIRO CONFECCIONADO EM NAPA, COURVIN OU BIDIM, CASAS COM DIMENSÕES DE 5CM X 5CM, BORDAS COM DIMENSÕES DE 8CM X 10CM (DISTRIBUÍDAS NA BORDA SUPERIOR E BORDA LATERAL), TOTAL DO TABULEIRO COM MEDIDAS APROXIMADAS DE 45CM DE COMPRIMENTO E 45CM DE LARGURA. ACOMPANHA SACO CONFECCIONADO EM TNT PARA ARMAZENAMENTO DAS PEÇAS.	Unid.	20		
3	KIT DE JOGO DE FUTEBOL DE BOTÃO - KIT CONTENDO 2 TRAVES, 20 BOTÕES, 2 GOLEIROS, 2 BOLAS E 2 PALHETAS. TRAVES E BOTÕES CONFECCIONADOS EM POLIPROPILENO E NUMERADOS COM ADESIVOS, GOLEIROS CONFECCIONADOS EM ACRÍLICO E NUMERADOS COM ADESIVO, BOLINHAS CONFECCIONADAS EM TECIDO DO TIPO LÃ, PALHETAS CONFECCIONADAS EM PETG. ACOMPANHA MALETA PARA ARMAZENAMENTO E FOLHETO COM AS REGRAS BÁSICAS DO JOGO.	Unid.	20		
4	CONJUNTO DE DOMINÓ - PEÇAS CONFECCIONADAS EM RESINA FENÓLICA, COM 28 PEÇAS COM MARCAÇÃO PRETA. DIMENSÕES APROXIMADAS DAS PEÇAS: 4,8CM X 2,5CM X 1,2CM (CXLXE). AS PEÇAS DEVERÃO ESTAR ACONDICIONADAS EM EMBALAGEM RESISTENTE, TIPO CAIXA OU MALETA DE MADEIRA.	Unid.	50		
5	MESA PARA JOGO DE BOTÃO MESA PARA JOGO DE BOTÃO - CONFECCIONADA EM MDP COM ESPESSURA DE 15MM. TAMPO EM DOIS TONS DA COR VERDE (ESTILO EUROPEU), COM AS DIMENSÕES: 121CM DE COMPRIMENTO, 80CM DE LARGURA E 0,67CM DE ALTURA. BORDAS REVESTIDAS COM MATERIAL DE PROTEÇÃO CONFECCIONADO EM PLÁSTICO (PARA PROTEÇÃO DA MESA E DOS BOTÕES). SUPORTE DOBRÁVEL COM PÉS CONFECCIONADOS EM TUBOS DE AÇO COM PINTURA EPÓXI.	Unid.	10		

6	MESA, DE TENIS DE MESA COM MEDIDAS OFICIAIS QUE ATENDEM AOS PADROES DA ITTF. TAMPO CONFECCIONADO EM M.D.F. DE 25MM DE ESPESSURA, ACABAMENTO EM LACA AZUL COM LINHAS DEMARCATÓRIAS BRANCAS, BORDAS LATERAIS EM PERFIL DE MDF QUE ASSEGURAM ESTABILIDADE DOS TAMPOS. PÉS DE TUBO DE AÇO (PINTADOS DE PRETO) DOBRÁVEIS, COM RODÍZIOS. PERMITE O USO COMO PAREDÃO PARA TREINO SOLITÁRIO. ACESORIOS INCLUSOS (02 PARES DE RAQUETES EM MADEIRA COM REVESTIMENTO DE PELICULA DE BORRACHA, 02 REDES, 02 PARES DE SUPORTE DE REDE E 10 BOLAS).	Unid.	2		
7	MESA, DE PEBOLIM, PRODUZIDO EM MADEIRA DE LEI MACICA, COM ACESSORIOS, ACABAMENTO EM VERNIZ TINGIDO E BRILHANTE. SAIDA DA BOLINHA EM TAMPA DE GAVETA. BONECOS EM PLASTICO POLIPROPILENO. POSSUI VAROES EMBUTIDOS (NAO PASSANTES) PROPORCIONANDO MAIOR SEGURANCA AOS JOGADORES, CAMPO DE JOGO EM ALTO BRILHO COM ESPESSURA DE 6 MM. TAMANHO OFICIAL (MEDIDAS: 1,37M X 0,78M, ALT.: 0,90M). INCLUSO 10 BOLAS.	Unid.	4		
8	MESA DE FUTEVÔLEI, MEDIDAS: 137X185X75CM (LARGXCOMPXALT). MDF TX FORMICA BRANCA 15MM.	Unid.	4		
VALOR TOTAL					

LOTE 04 - MATERIAL, E ACESSÓRIOS ESPORTIVOS PARA AS MODALIDADES DE BOXE, JUDÔ, KARATÊ, CAPOEIRA E JIU JITSU

Item	Discriminação	Unid.	Qtd	V.Unit	V.Total
1	APARADOR DE CHUTE, FEITOS DE LONA NÁUTICA DE TRIPLA CAMADA SENDO UMA DELAS UMA TRAMA DE NYLON DE ALTA RESISTÊNCIA E DURABILIDADE. 3 ALÇAS TRASEIRAS, SENDO UMA FIXA E 2 REGULÁVEIS POR VELCRO INDUSTRIAL. COSTURAS REFORÇADAS, A ALÇA DE PEGADA ALÉM DAS COSTURAS POSSUI REFORÇO INTERNO ANTI-RASGO. A LATERAL É TODA REFORÇADA COM FITA DE NYLON E COSTURADA COM FIO DE GROSSO CALIBRE. REFORÇOS INTERNOS NOS PONTOS DE MAIOR ESFORÇO E TENSÃO. POSSUI 2 RESPIRADORES LATERAIS PARA SAÍDA DE AR FECHAMENTO INOVADOR EM ZÍPER INDUSTRIAL. POSSUI 3 CAMADAS DE ABSORÇÃO, SENDO 2 DE BORRACHA E 1 DE ESPUMA D-33 DE 10CM DE ESPESSURA. ABSORÇÃO DOS IMPACTOS SEM DEIXAR QUE O IMPACTO SEJA TRANSFERIDO PARA O TREINADOR, EVITANDO ASSIM LESÕES AOS BRAÇOS, COTOVELO E OMBROS DE QUEM SEGURA O APARADOR. LOGOMARCA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZ DAS ALMAS SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, E, OU ESPORTE.	Unid.	50		
2	PELOTA DE COURO PARA LANÇAMENTO, 250 G, AFERIDA. IDEAL PARA ATLETAS INICIANTE OU USO ESCOLAR. FEITO DE COURO NATURAL LEGÍTIMO. PESO DE 250 G E DIÂMETRO APROXIMADO DE 6,5 CM.	Unid.	20		
3	PERA PARA BOXE, PUNCHING BALL, PARA DESENVOLVER REFLEXOS E MELHORAR A RAPIDEZ E COORDENAÇÃO OLHO-MÃO, FEITO EM COURO, COM COSTURA REFORÇADA PARA LONGA DURABILIDADE, SACO LEVE PROJETADO PARA RECUO O E EQUILIBRADA PARA REBOTES PRECISOS. GARANTIA CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO.	Unid.	20		
4	PROTETOR GENITAL, PARA PRATICA DE BOXE, COQUILHA, CONFECCIONADO EM POLIAMIDA.	Unid.	20		
5	SACO EM LONA COM REDE; SACO PARA TRANSPORTE DE BOLAS, ALÇA DE TRANSPORTE. TELA COM REDE PARA PERMITIR UM TRANSPORTE MAIS COMPACTO, FACILIDADE DE ABERTURA/FECHO: CORDÃO DE AJUSTE DESLIZANTE, CAPACIDADE: 06 BOLAS. BOLSA PARA UMA BOMBA E AGULHAS DE ENCHIMENTO. LOGOMARCA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZ DAS ALMAS SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, E, OU ESPORTE.	Unid.	40		
6	SACO, DE PANCADA, TIPO TETO SOLO (PUNCHING BALL), CONFECCIONADO EM COURO, ACOMPANHANDO OS GANCHOS E CORDAS PARA FIXAÇÃO, CÂMARA DE BORRACHA, DIMENSÕES DE: ALTURA 2 M, CIRCUNFERÊNCIA 74 CM, PESO 950 GRAMAS, COM VARIAÇÃO MÁXIMA 5% PARA +/-, GARANTIA MÍNIMA DE 1 ANO CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO LOGOMARCA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZ DAS ALMAS SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, E, OU ESPORTE.	Unid.	20		
7	SACO PARA BOXE, EM COURO SINTÉTICO, COM ALÇA DE NYLON, PESO 70 KG, MEDINDO 120 CM. COM LOGOMARCA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZ DAS ALMAS SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, E, OU ESPORTE.	Unid.	20		

8	SACO, PARA BOXE, EM COURO SINTÉTICO, COM ALCA DE NYLON, PESO 40 KG, MEDINDO 120 CM. EM PU DE ALTA RESISTÊNCIA, COM TRANÇADO DE RÁFIA, COM PROTEÇÃO DE EVA DE 2,5CM NO ENTORNO DE TODO O EQUIPAMENTO. PARAFUSOS COM CAPA PROTETORA, CAMADA INTERNA DE TECIDO PARA REFORÇAR A FIXAÇÃO, COSTURA DUPLA E PRONTO PARA SER PENDURADO LOGOMARCA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZ DAS ALMAS SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, E, OU ESPORTE.	Unid.	20		
9	PROTETOR, BUCAL SIMPLES, TERMO-AJUSTAVEL, PARA PRATICA DE BOXE, EM SILICONE INCOLOR, COM ESTOJO, GARANTIA MÍNIMA DE 1 ANO CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO, DE ACORDO COM A CBB - CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BOXE.	Unid.	200		
10	PROTETOR, DE CABEÇA, PARA PRATICA DE BOXE, EM COURO, ESPUMA INJETADA - ACOLCHOADO, PARA TREINAMENTO, COM FECHAMENTO EM CADAÇO E VELCRO, DIMENSÕES DE 25 CM (ALTURA) X 21 CM (LARGURA) X 70 A 80CM (CIRCUNFERÊNCIA) VARIAÇÃO MÁXIMA 5% PARA +/-, GARANTIA MINIMA DE 1 ANO CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO, DE ACORDO COM A CBB - CONFEDERACAO BRASILEIRA DE BOXE. LOGOMARCA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZ DAS ALMAS SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, E, OU ESPORTE.	Unid.	30		
11	MANOPLA, PARA PRATICA DE BOXE, TIPO LUVA EM COURO, ACOLCHOADA, COR PRETA. EMBALAGEM COM DADOS DE identificação DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE.	Par	40		
12	LUVA PARA KARATE, EM COURO SINTÉTICO, DE ALTA RESISTÊNCIA, TAMANHO ADULTO E INFANTIL.	Par	40		
13	PROTETOR, DE TORAX, PARA ARTES MARCIAIS, TAMANHO G, DUPLA-FACE, EM BORRACHA 2 (DOIS) CM E ESPUMA 1 (UM) CM, REVESTIMENTO SINTETICO, ALTA RESISTENCIA AO IMPACTO, COM ALCAS E COSTURA REFORÇADA.	Unid.	20		
14	LUVA DE BOXE, COURO SINTÉTICO, ESPUMA EXTRA GROSSA, FECHAMENTO AJUSTÁVEL EM VELCRO, TECIDO COM TRATAMENTO CONTRA AGENTES QUE CAUSAM ODORE, INDICADO PARA TREINO E COMPETIÇÃO, GARANTIA CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO.	Par	250		
15	AGOGO MÉDIO DUPLO CROMADO, PARA SE TIRAR SOM DESSE INSTRUMENTO BATE-SE COM UMA BAQUETA, QUE PODE SER DE MADEIRA, NAS "BOCAS", TAMBÉM CHAMADAS DE CAMPÂNULAS DO INSTRUMENTO.	Unid.	20		
16	ATABAQUE CORDA MÉDIO, O ATABAQUE É UM INSTRUMENTO MUSICAL DE PERCUSSÃO AFRO-BRASILEIRO. É TOCADO COM AS MÃOS E COM 02 BAQUETAS.	Unid.	5		
17	ATABAQUE TARRACHA MÉDIO, O ATABAQUE É UM INSTRUMENTO MUSICAL DE PERCUSSÃO AFRO-BRASILEIRO. É TOCADO COM AS MÃOS E COM 02 BAQUETAS.	Unid.	5		
18	SUPORTE OU PEDESTAL PARA ATABAQUES, FEITO EM MADEIRA DE LEI, AROS DE FERRO E ENVERNIZADO. TAMANHO MÉDIO.	Unid.	6		
19	BERIMBAU, É UM INSTRUMENTO DE PERCUSSÃO CARACTERÍSTICO DO BRASIL, FIGURA INDISPENSÁVEL EM TODAS AS RODAS DE CAPOEIRA, O INSTRUMENTO É COMPOSTO DE UMA CABAÇA, UM ARCO, UM CABO DE ARAME, UMA BAQUETA, O CAXIXI E UM PEDAÇO DE METAL (POPULARMENTE CHAMADO DE DOBRÃO).	Unid.	200		
20	TATAME PARA JIU JITSU 20 MM – 1,98 X 1,98 M2	Unid.	50		
21	RING BOXE PROFISSIONAL 7 X 7	Unid.	1		
22	MANOPLA FOCO / APARADOR DE SOCO PARA AS MÃOS.	Unid.	20		
23	COQUILHA EM POLIPROPILENO REVESTIDO COM VINIL, INDICADO PARA TREINOS E COMPETIÇÕES DE BOXE, TAMANHOS: P, M, G.	Unid.	20		
VALOR TOTAL					

LOTE 05 - MATERIAL, ACESSÓRIOS PARAS MODALIDADES DE GINASTICA E ATLETISMO					
Item	Discriminação	Unid.	Qtd	V.Unit	V.Total
1	ARCO PLÁSTICO PARA GINASTICA, BAMBOLÊ COM 70 CM DE DIÂMETRO, ARMAÇÃO EM PVC (100%).	Unid.	300		
2	FITA DE MARCAÇÃO DE QUADRA DE VÔLEI, CONFECCIONADA COM FIO DE POLIETILENO TRANÇADO COM 4CM DE LARGURA, IDEAL PARA DEMARCAR QUADRAS COM TAMANHO OFICIAL.	Unid.	10		
3	PETECA OFICIAL, COMPOSTA DE DISCOS DE BORRACHAS, AMORTECEDOR, CHUMAÇO DE PENAS PRESOS PARALELAMENTE, DIMENSÕES DE 8 CM DE DIÂMETRO DA BASE E 20 CM DE ALTURA PODENDO VARIAR EM 5%.	Unid.	20		
4	CORDA DE PULAR, EM POLIÉSTER, MED. 2,90M, AJUSTÁVEL E LEVE.	Unid.	200		

5	COLCHONETE, PARA GINASTICA, MATERIAL CAPA DE POLIESTER, ESPUMA DE POLIURETANO, DIMENSAO: 1 METRO DE COMPRIMENTO, 50 CM DE LARGURA E 20 MM DE ESPESSURA, DENSIDADE 90, ANTI-MOFO E CHEIRO. LOGOMARCA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURZ DAS ALMAS SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, E, OU ESPORTE. COMPRIMENTO: 90 CM, LARGURA: 40 CM, ESPESSURA 2,5 CM.	Unid.	300		
6	HALTERES DE 2 KG EMBORRACHADOS.	Unid.	30		
7	HALTERES 5 KG EMBORRACHADOS.	Unid.	30		
8	ANILHAS DE 10 KG EMBORRACHADAS.	Unid.	20		
9	BARRAS OCA PARA ANILHAS INOX 1.20 MT COM PRESILHAS	Unid.	10		
10	STEP EVA ACADEMIA 90 CM X 32 CM X 10 CM GINASTICA AERÓBICA	Unid.	100		
11	CABOS DE VASSOURAS.	Unid.	150		
12	ELÁSTICO DE FORÇA – EXTENSOR PARA EXERCÍCIOS.	Unid.	30		
VALOR TOTAL					

LOTE 06 - UNIFORMES					
Item	Discriminação	Unid.	Qtd	V.Unit	V.Total
1	UNIFORME ESPORTIVO, PARA BASQUETE, CAMISA E SHORTE EM POLIÉSTER 100%, SHORTE COM ELÁSTICO, CADA CONJUNTO COM 12 CAMISAS E 12 SHORTS. QUALIDADE DRY. TAMANHO P, M, G. COM LOGOMARCA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZ DAS ALMAS SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, E, OU ESPORTE.	CONJ.	30		
2	UNIFORME ESPORTIVO, PARA FUTSAL, CAMISA NUMERADAS EM POLIÉSTER 100% TEXTURIZADO, DE TECIDO DRY, GOLA CARECA, RECORTE LATERAL NA MANGA COM DUAS CORES, CALÇÃO EM MICROFIBRA COM FORRO, CORDÃO E ELÁSTICO, CADA CONJUNTO COM 14 CAMISAS E 14 SHORTS, 14 PARES DE MEIÕES, DUAS CAMISAS DE GOLEIRO MANGA LONGA, PROTEÇÃO ACOCHOADA NOS COTOVELO. TAMANHOS P, M, G. COM LOGOMARCA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZ DAS ALMAS LOGOMARCA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURZ DAS ALMAS SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, E, OU ESPORTE.	JOGOS.	100		
3	UNIFORMES PARA BOXE, CALÇÃO E CAMISETA, TECIDO DE ALGODÃO, TAMANHO P	JOGOS.	50		
4	UNIFORMES PARA BOXE, CALÇÃO E CAMISETA, TECIDO DE ALGODÃO, TAMANHO M	JOGOS.	50		
5	UNIFORMES PARA BOXE, CALÇÃO E CAMISETA, TECIDO DE ALGODÃO, TAMANHO G	JOGOS.	50		
6	UNIFORME ESPORTIVO PARA HANDEBOL, CAMISA E SHORTES EM POLIÉSTER 100%, SHORTE COM ELÁSTICO, E MEIÕES EM ALGODÃO, SENDO CADA CONJUNTO COM CAMISAS, CALÇÕES E MEIÕES, TAMANHOS P, M, G. MODELO PADRÃO. COM LOGOMARCA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZ DAS ALMAS E SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, E, OU ESPORTE. MODELO PADRÃO. COM 14 CAMISA, 14 CALÇÃO E 14 MEIÕES.	JOGOS.	100		
7	UNIFORME ESPORTIVO, PARA VÔLEI, CAMISA E SHORTE EM POLIÉSTER 100%, SHORTE COM ELÁSTICO, CADA CONJUNTO COM 12 CAMISAS E 12 SHORTS, DOZE MEIÕES. CONTENDO CAMISA DO LIBERO. TAMANHOS P, M, G. COM LOGOMARCA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURZ DAS ALMAS LOGOMARCA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURZ DAS ALMAS SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, E, OU ESPORTE.	JOGOS.	100		
8	UNIFORME ESPORTIVO, FUTEBOL DE CAMPO, CAMISA E SHORTES EM POLIÉSTER 100%, SHORTE COM ELÁSTICO, TAMANHOS P, M, G, E MEIÕES EM ALGODÃO, SENDO CADA CONJUNTO COM 20 CAMISAS, 20 CALÇÕES E 20 PARES DE MEIÕES. MODELO PADRÃO. COM LOGOMARCA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZ DAS ALMAS E SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, E, OU ESPORTE.	JOGOS.	250		
9	BANDAGEM, PARA BOXE, 65% ALGODAO, 35% POLIESTER, NA COR BRANCA, COM AS SEGUINTE DIMENSÕES: MINIMA DE 2,5M E MAXIMA DE 4,5M DE COMPRIMENTO, COM 5,7CM DE LARGURA, FECHAMENTO COM VELCRO COM LARGURA MAXIMA DE 2,5CM E COMPRIMENTO MAXIMO DE 8CM, GARANTIA MINIMA DE 1 ANO CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO.	Unid.	250		
10	CALÇA DE CAPOEIRA ADULTO, EM ELANCA OU BRIN, PARA CAPOEIRA, COR BRANCA, CORDÃO, TAMANHOS P, M, G, COM LOGOMARCA PADRAO DA UNIDADE. LOGOMARCA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZ DAS ALMAS SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, E, OU ESPORTE.	Unid.	150		



11	CALÇA DE CAPOEIRA INFANTIL, EM ELANCA, PARO CAPOEIRA, COR BRANCA, CORDAO, COM LOGOMARCA PADRAO DA UNIDADE, TAMANHOS: P, M, G E GG. LOGOMARCA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZ DAS ALMAS SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, E, OU ESPORTE.	Unid.	150		
12	CAMISA DE HELANQUINHA, 100% POLIÉSTER. TAMANHOS: P, M, G E GG. LOGOMARCA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZ DAS ALMAS SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, E, OU ESPORTE.	Unid.	1000		
13	SAPATILHA DE BOXE, EM COURO, CANO LONGO, TAMANHOS 36, 38,40,42	Par	30		
14	CALÇÃO, DE BOXE, PARA COMPETICAO, CONFECCIONADO EM POLIESTER, COR AZUL, COM ELASTICO E CADARCO NA CINTURA NA COR BRANCA, TAMANHO P, M, G, GARANTIA MINIMA DE 1 ANO CONTRA DEFEITO DE FABRICACAO, DE ACORDO COM A CBB - CONFEDERACAO BRASILEIRA DE BOXE. LOGOMARCA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURZ DAS ALMAS SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, E, OU ESPORTE.	Unid.	250		
15	KIMONO PARA JUDÔ COM BLUSA MANGA LONGA E CÓS DA CALÇA MAIS ALTO, TAMANHO P, M, G. LOGOMARCA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZ DAS ALMAS SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, E, OU ESPORTE.	Unid.	100		
16	CHUTEIRA DE FUTEBOL DE CAMPO DE COURO SINTETÉTICO, CADARÇO SIMÉTRICO, FABRICADA EM EVA, SOLADO EM PVC, COM ACOLCHOAMENTO NO CALCANHAR, LINGUETA FINA E FLEXÍVEL NOS TAMANHOS 36,38,39,40,41,42 E 43.	Par	200		
17	KIMONOS PARA JIU JITSU (100% ALGODÃO, ALTA RESISTÊNCIA, GRAMATURA 650, GOLA EM EVA, NOS TAMANHO: P, M, G E GG)	Unid.	50		
VALOR TOTAL					

LOTE 07 - TROFÉUS E MEDALHAS					
Item	Discriminação	Unid.	Qtd	V.Unit	V.Total
1	TROFÉU PARA PREMIAÇÃO, COM 80CM DE ALTURA, COM FRISOS E TEXTURA METALIZADA NA COR DOURADA, COM BASE OCTOGONAL EM POLÍMERO NA COR PRETA E DEMAIS COMPONENTES NA COR DOURADA.	Unid.	50		
2	TROFÉU PARA PREMIAÇÃO, COM 60CM DE ALTURA, COM FRISOS E TEXTURA METALIZADA NA COR PRATA, COM BASE OCTOGONAL EM POLÍMERO NA COR PRETA E DEMAIS COMPONENTES NA COR PRATA.	Unid.	50		
3	TROFÉU PARA PREMIAÇÃO, COM 50CM DE ALTURA, COM FRISOS E TEXTURA METALIZADA NA COR BRONZE, COM BASE OCTOGONAL EM POLÍMERO NA COR PRETA E DEMAIS COMPONENTES NA COR BRONZE.	Unid.	50		
4	TROFEUS EM ACRILICO, PERSONALIZADO COM DIMENSÕES DE 30CM (ALTURA) X 15CM (LARGURA), PERSONALIZADA COM AS DEFINIDAS PREMIAÇÕES ESPORTIVA.	Unid.	150		
5	MEDALHAS DE HONRA AO MÉRITO, NA COR: DOURADA, METÁLICA, CROMADA, COM DIMENSÕES DE 6CM (DIÂMETRO) X 3 MM (ESPESSURA), COM FITA EM TECIDO, PARA PREMIAÇÃO ESPORTIVA. 5-6 CM	Unid.	2000		
6	MEDALHAS DE HONRA AO MÉRITO, NA COR: PRATA, METÁLICA, CROMADA, COM DIMENSÕES DE 6CM (DIÂMETRO) X 3MM (ESPESSURA), COM FITA EM TECIDO, PARA PREMIAÇÃO ESPORTIVA. 5-6 CM	Unid.	2000		
7	MEDALHAS DE HONRA AO MÉRITO, NA COR: BRONZE, METÁLICA, CROMADA, COM DIMENSÕES DE 6CM (DIÂMETRO) X 3 MM (ESPESSURA), COM FITA EM TECIDO, PARA PREMIAÇÃO ESPORTIVA. 5-6 CM	Unid.	2000		
8	MEDALHAS DE ACRILICO, COM DIMENSÕES DE 7CM (ALTURA) X 7CM (LARGURA), COM FITA EM TECIDO, PERSONALIZADA COM AS DEFINIDAS PREMIAÇÕES ESPORTIVA.	Unid.	400		
9	TROFÉU DE DOMINÓ 20 CM, COM FRISOS E TEXTURA METALIZADA NA COR DOURADA, COM BASE OCTOGONAL EM POLÍMERO NA COR PRETA E DEMAIS COMPONENTES NA COR DOURADA.	Unid.	50		
10	TROFÉU DE DOMINÓ 30 CM, COM FRISOS E TEXTURA METALIZADA NA COR DOURADA, COM BASE OCTOGONAL EM POLÍMERO NA COR PRETA E DEMAIS COMPONENTES NA COR DOURADA.	Unid.	50		
11	TROFÉU DE BARALHO 20 CM, COM FRISOS E TEXTURA METALIZADA NA COR DOURADA, COM BASE OCTOGONAL EM POLÍMERO NA COR PRETA E DEMAIS COMPONENTES NA COR DOURADA.	Unid.	50		
12	TROFÉU DE BARALHO 30 CM, COM FRISOS E TEXTURA METALIZADA NA COR DOURADA, COM BASE OCTOGONAL EM POLÍMERO NA COR PRETA E DEMAIS COMPONENTES NA COR DOURADA.	Unid.	50		
13	TROFÉU DE VOLEI 20 CM, COM FRISOS E TEXTURA METALIZADA NA COR DOURADA, COM BASE OCTOGONAL EM POLÍMERO NA COR PRETA E DEMAIS COMPONENTES NA COR DOURADA.	Par	50		

14	TROFÉU DE VOLEI 30 CM, COM FRISOS E TEXTURA METALIZADA NA COR DOURADA, COM BASE OCTOGONAL EM POLÍMERO NA COR PRETA E DEMAIS COMPONENTES NA COR DOURADA.	Unid.	50		
15	TROFÉU DE VOLEI 40 CM, COM FRISOS E TEXTURA METALIZADA NA COR DOURADA, COM BASE OCTOGONAL EM POLÍMERO NA COR PRETA E DEMAIS COMPONENTES NA COR DOURADA.	Unid.	50		
16	TROFÉU DE DOMINÓ 40 CM, COM FRISOS E TEXTURA METALIZADA NA COR DOURADA, COM BASE OCTOGONAL EM POLÍMERO NA COR PRETA E DEMAIS COMPONENTES NA COR DOURADA.	Unid.	20		
17	TROFÉU DE HANDEBOL 20 CM, COM FRISOS E TEXTURA METALIZADA NA COR DOURADA, COM BASE OCTOGONAL EM POLÍMERO NA COR PRETA E DEMAIS COMPONENTES NA COR DOURADA.	Unid.	20		
18	TROFÉU DE HANDEBOL 30 CM, COM FRISOS E TEXTURA METALIZADA NA COR DOURADA, COM BASE OCTOGONAL EM POLÍMERO NA COR PRETA E DEMAIS COMPONENTES NA COR DOURADA.	Unid.	50		
19	TROFÉU DE HANDEBOL 40 CM, COM FRISOS E TEXTURA METALIZADA NA COR DOURADA, COM BASE OCTOGONAL EM POLÍMERO NA COR PRETA E DEMAIS COMPONENTES NA COR DOURADA.	Unid.	50		
20	TROFÉU CAPOEIRA, COM 20 CM DE ALTURA, COM FRISOS E TEXTURA METALIZADA NA COR DOURADA, COM BASE OCTOGONAL EM POLÍMERO NA COR PRETA E DEMAIS COMPONENTES NA COR DOURADA.	Unid.	100		
21	TROFÉU CAPOEIRA, COM 30 CM DE ALTURA, COM FRISOS E TEXTURA METALIZADA NA COR DOURADA, COM BASE OCTOGONAL EM POLÍMERO NA COR PRETA E DEMAIS COMPONENTES NA COR DOURADA.	Unid.	100		
22	TROFÉU CAPOEIRA, COM 50 CM DE ALTURA, COM FRISOS E TEXTURA METALIZADA NA COR DOURADA, COM BASE OCTOGONAL EM POLÍMERO NA COR PRETA E DEMAIS COMPONENTES NA COR DOURADA.	Unid.	100		
23	TROFÉUS DE BOXE COM 30 CM DE ALTURA	Unid.	50		
24	TROFÉUS DE BOXE COM 50 CM DE ALTURA	Unid.	50		
25	TROFÉUS CAVALGADA COM 20 CM DE ALTURA	Unid.	20		
26	TROFÉUS CAVALGADA COM 30 CM DE ALTURA	Unid.	20		
27	TROFÉUS CAVALGADA COM 40 CM DE ALTURA	Unid.	20		
28	TROFÉU PARA GOLEIRO 30 CM, COM FRISOS E TEXTURA METALIZADA NA COR DOURADA, COM BASE OCTOGONAL EM POLÍMERO NA COR PRETA E DEMAIS COMPONENTES NA COR DOURADA.	Unid.	30		
29	TROFÉUS DE CICLISMO PERSONALIZADO	Unid.	30		
VALOR TOTAL					

Declaramos que,

Nos preços indicados em nossa proposta estão computadas todas as despesas com o serviço, a exemplo de tributos, encargos sociais e trabalhistas, e demais custos que os compõem;

O prazo de validade de nossa proposta e de 60 (sessenta) dias corridos, a contar da abertura da licitação;

Os pagamentos serão efetuados de forma parcelada, tendo como prazo 12 (doze) meses, conforme art. 84 da lei 14.133/2021, para execução do objeto licitado após a assinatura do contrato;

Estamos cientes sobre o pagamento, devido ao contratado será efetuado através de **transferência bancária, na conta**, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data do atesto de conformidade da nota fiscal, junto ao processo de pagamento em cumprimento da obrigação do objeto da licitação pela Secretaria requisitante, sendo necessária a apresentação das Certidões exigidas no compromisso;

Finalizando, declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

Declaramos, por fim que no preço ofertado estão inclusas todas as despesas necessárias para a execução do objeto desta licitação, sendo de nossa exclusiva



responsabilidade todas as despesas, tais como: transporte, alimentação, proventos, encargos sociais, impostos, taxas, tributos, emolumentos, contribuições sociais, fiscais, parafiscais, seguros e demais despesas inerentes, estando o preço ofertado correspondendo, rigorosamente, com as especificações do objeto licitado, estamos ciente de que não cabe quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimentos determinados pela autoridade competente.

Cruz das Almas/BA, xxxxx de xxxxxx de 2024.

Assinatura e Carimbo CNPJ do Licitante
(Confeccionar documento em papel timbrado da licitante)



ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

Ref: Processo Administrativo nº. xxxx/2024, Modalidade Pregão Eletrônico SRP nº. xxxx/2024.

Objeto:

Por este instrumento a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado devidamente inscrita no CNPJ sob nº. _____, com sede na _____, n. _____, CEP: _____, Bairro _____, na cidade de _____, Estado da Bahia, através do seu representante legal, neste ato por Sr(a). _____, CPF: _____, RG: _____ – SSP/BA, residente à _____, n. _____, Bairro _____, CEP _____, na cidade de _____ Estado da _____, para fins do disposto no Edital do Pregão Eletrônico SRP Nº. 004/2024, **declaro**, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

1- Com base no parágrafo 1º do art. 63 da Lei 14.133/2021, que nossas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;

2- A proposta apresentada para participar desta licitação foi elaborada de maneira independente por mim e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato desta licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

3- A intenção de apresentar a proposta elaborada para participar desta licitação não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato desta licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

4- Que não tentei, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato desta licitação quanto a participar ou não dela;

5- Que o conteúdo da proposta apresentada para participar desta licitação não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato desta licitação antes da adjudicação do objeto;

6- Que o conteúdo da proposta apresentada para participar desta licitação não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante do órgão licitante antes da abertura oficial das propostas; e

7- Que estou plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detenho plenos poderes e informações para firmá-la.

Cruz das Almas/BA, xxxxx de xxxxxx de 2024.

Assinatura e Carimbo CNPJ do Licitante
(Confeccionar documento em papel timbrado da licitante)



ANEXO IV
MODELO DE MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

N.º

O Município de Cruz das Almas, com sede no(a), na cidade de, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, neste ato representado(a) pelo(a) (*cargo e nome*), considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº/202..., publicada no de/...../202....., processo administrativo n.º, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação nº, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de, especificado(s) no(s) item(ns)..... do Termo de Referência, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)							
	Especificação	<i>Marca</i> (<i>se exigida no edital</i>)	<i>Modelo</i> (<i>se exigido no edital</i>)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	<i>Prazo garantia ou validade</i>
X								

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o(nome do órgão)....

3.2. *{Além do gerenciador, não há [ou] São} órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:*

<i>Item nº</i>	<i>Órgãos Participantes</i>	<i>Unidade</i>	<i>Quantidade</i>

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado.

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.6.

4.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não

ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer

ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos na legislação pertinente.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante,

desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado.



10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (...) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)



Anexo
Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade



ANEXO V MODELO DE MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/....., QUE
CELEBRAM ENTRE SI O MUNICIPIO DE CRUZ DAS ALMAS,
POR INTERMÉDIO DO (A)
..... E A EMPRESA
....., COM BASE NO
PREGÃO ELETRONICO Nº/....., E NO PROCESSO Nº
...../.....

O Município de Cruz das Almas, através da (Nome do Órgão contratante), com sede no(a), na cidade de /Estado ..., inscrito(a) no CNPJ sob o nº, neste ato representado(a) pelo(a) (cargo e nome), , nacionalidade, estado civil, profissão, inscrito (a) no CPF/MF sob o nº, portador da cédula de Identidade RG sob o nº, expedida pela/....., doravante denominado CONTRATANTE, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função do contratado), conforme atos constitutivos da empresa, nacionalidade, estado civil, profissão inscrito (a) no CPF/MF sob o nº, portador da cédula de Identidade RG sob o nº, expedida pela/....., tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº .../..., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1 O objeto do presente instrumento é a contratação de, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.1.1 Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO	UND	QUANTIDADE	V.UNIT	V.TOTAL
1						
2						
3						
4						

1.2 Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- I - O Termo de Referência;
- II - O Edital da Licitação;
- III - A Proposta do contratado;
- IV - Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1 O prazo de vigência da contratação é de contados do (a), na forma do [artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021](#).



2.2 O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

2.3 A eficácia legal do contrato e seus aditamentos está adstrita à publicação do seu extrato no Diário Oficial do Município - DOM.

CLÁUSULA TERCEIRA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1 O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

4.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1 O valor total da contratação é de R\$...... (.....)

5.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3 O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1 O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em __/__/__ (DD/MM/AAAA).

7.2 Após o interregno de um ano, havendo pedido do contratado, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice(indicar o índice a ser adotado).

7.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4 Nas aferições finais, o (s) índice (s) utilizado (s) para reajuste será (ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.5 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.6 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.



7.7 O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1 São obrigações do Contratante:

8.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.1.4 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.5 Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que diz respeito à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

8.1.6 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

8.1.7 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8 Cientificar o órgão responsável para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.1.9 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

9.1.2 Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

9.1.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990](#));

9.1.4 Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

9.1.5 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados nos termos do artigo art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021;

9.1.6 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.7 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.8 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.1.9 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.1.10 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.1.11 Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.1.12 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.1.13 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));

9.1.14 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));

9.1.15 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.1.16 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.1.17 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

9.1.18 Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

9.1.19 Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.1.20 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.1.21 Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.1.22 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

CLÁUSULA DÉCIMA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

I - der causa à inexecução parcial do contrato;

II - der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - der causa à inexecução total do contrato;

IV - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

V - apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

VI - praticar ato fraudulento na execução do contrato;

VII - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

VIII - praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).



10.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I - Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

II - Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

III - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

IV - Multa:

a) moratória de% (..... por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de (.....) dias;

b) moratória de% (..... por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de% (.... por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

1. O atraso superior a XXXXXX dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

c) compensatória de% (..... por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

10.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante conforme [art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

10.4 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa conforme disposto no [art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

10.4.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação conforme previsão do [art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

10.4.2 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

10.4.3 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de (xxxx) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.5 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.6 Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para o Contratante;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.7 Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos no [art. 159](#).

10.8 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia conforme disposto no [art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

10.9 O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal, e também no Portal de Compras Salvador.

10.10 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

10.11 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

11.1 O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

11.1.1 Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

11.1.2 Quando a não conclusão do contrato referida no subitem anterior decorrer de culpa do contratado:

I - ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

II - poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

OU

11.1 O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

11.1.1 O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

11.1.2 A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

11.1.3 Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.¹

11.2 O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.2.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139 da referida Lei](#).

11.3 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.3.1 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.4 O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

I - Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;



II - Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

III - Indenizações e multas.

11.5 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório conforme [art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do (a) (nome do órgão ou entidade), para o exercício de (ano), (ano), na dotação abaixo discriminada:

12.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS CASOS OMISSOS

13.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei [nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor](#) e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - ALTERAÇÕES

14.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [art. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.2 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - PUBLICAÇÃO

15.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, , e no Diário Oficial do Município - DOM.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - FORO

16.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Cruz das Almas, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

Cruz das Almas, ** de ***** de 2024

Representante legal do CONTRATANTE



Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1 _____

Nome:

CPF:

2 _____

Nome:

CPF:



ANEXO VI
MODELO DE DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO E ATENDIMENTO ÀS
EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO.

Ref: Processo Administrativo nº. xxxx/2024, Modalidade Pregão Eletrônico SRP nº. xxxx/2024.

Objeto:

Por este instrumento a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado devidamente inscrita no CNPJ sob nº. _____, com sede na _____, n. _____, CEP: _____, Bairro _____, na cidade de _____, Estado da Bahia, através do seu representante legal, neste ato por Sr(a). _____, CPF: _____, RG: _____ – SSP/BA, residente à _____, n. _____, Bairro _____, CEP _____, na cidade de _____ Estado da _____, para fins do disposto no Edital do Pregão Eletrônico SRP Nº. 004/2024, **declaro**, sob as penas da lei, em especial no Inciso I, do art.63 da Lei Federal nº. 14.133/2021:

- que atendem aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;

Cruz das Almas/BA, xxxxx de xxxxxx de 2024.

Assinatura e Carimbo CNPJ do Licitante
(Confeccionar documento em papel timbrado da licitante)



ANEXO VII
MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO NA LEI COMPLEMENTAR nº.
123/2006.

(Exclusiva para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte e Equiparados)
Ref: Processo Administrativo nº. xxxx/2024, Modalidade Pregão Eletrônico SRP nº.
xxxx/2024.

Objeto:

Por este instrumento a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado devidamente inscrita no CNPJ sob nº. _____, com sede na _____, n. _____, CEP: _____, Bairro _____, na cidade de _____, Estado da Bahia, através do seu representante legal, neste ato por Sr(a). _____, CPF: _____, RG: _____ – SSP/BA, residente à _____, n. _____, Bairro _____, CEP _____, na cidade de _____ Estado da _____, para fins do disposto no Edital do Pregão Eletrônico SRP Nº. 004/2024, **declaro**, sob as penas da lei, em especial para os efeitos do tratamento diferenciado da Lei Complementar nº 123/06, e, para fins de participação no certam e licitatório acima identificado, **declaramos que:**

estamos enquadrados, na data designada para o início da sessão publicada licitação, na condição de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento estabelecido em seus arts. 42 a 49;

que observamos e atendemos plenamente aos requisitos previstos aos parágrafos §1º, §2º, §3º do art. 4º da Lei Federal nº 14.133/21;

Cruz das Almas/BA, xxxxx de xxxxxx de 2024.

Assinatura e Carimbo CNPJ do Licitante
(Confeccionar documento em papel timbrado da licitante)



ANEXO VIII
MODELO DE CARTA CREDENCIAL / PROCURAÇÃO.

Ref: Processo Administrativo nº. xxxx/2024, Modalidade Pregão Eletrônico SRP nº. xxxx/2024.

Objeto:

Por este instrumento a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado devidamente inscrita no CNPJ sob nº. _____, com sede na _____, n. _____, CEP: _____, Bairro _____, na cidade de _____, Estado da Bahia, através do seu representante legal, neste ato por Sr(a). _____, CPF: _____, RG: _____ – SSP/BA, residente à _____, n. _____, Bairro _____, CEP _____, na cidade de _____ Estado da _____, para fins do disposto no Edital do em epígrafe, nomeia e constitui, seu(s) Procurador (es) o Senhor(a) _____, (nacionalidade, estado civil, profissão), portador do Registro de Identidade nº _____, expedido pela _____, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda, sob o nº _____, residente e domiciliado no endereço situado à _____, nº _____ como meu mandatário, a quem confiro amplos poderes para junto a Prefeitura do Município de Cruz das Amas/BA, praticar todos os atos necessários, relativos ao procedimento licitatório na modalidade de Pregão Eletrônico SRP Nº. 004/2024, conferindo-lhe, ainda, poderes especiais para desistir de recursos, interpô-los, apresentar lances, negociar preços e demais condições, confessar, desistir, firmar compromissos ou acordos, assinar ATAs, contratos e ou aditivos, receber e dar quitação e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente dando tudo como bom, firme e valioso.

Cruz das Almas/BA, xxxxx de xxxxxx de 2024.

Assinatura e Carimbo CNPJ do Licitante
(Confeccionar documento em papel timbrado da licitante)



ANEXO XIV
MODELO DE DECLARAÇÃO PARA RESERVA DE CARGOS PARA PESSOA DEFICIENTE
E REABILITADO.

REF: Processo Administrativo nº. xxxx/2024, Modalidade Pregão Eletrônico SRP nº. xxxx/2024.

Objeto:

Por este instrumento a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado devidamente inscrita no CNPJ sob nº. _____, com sede na _____, n. _____, CEP: _____, Bairro _____, na cidade de _____, Estado da Bahia, através do seu representante legal, neste ato por Sr(a). _____, CPF: _____, RG: _____ – SSP/BA, residente à _____, n. _____, Bairro _____, CEP _____, na cidade de _____ Estado da _____, para fins do disposto no Edital do Pregão Eletrônico SRP Nº. 004/2024, **declaro**, sob as penas da lei, para fins de participação no certam e licitatório acima identificado, **declaramos que:**

que cumpre as exigências do Inciso IV, do art. 63, da Lei 14.133/2021, que trata da reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

Cruz das Almas/BA, xxxxx de xxxxxx de 2024.

Assinatura e Carimbo CNPJ do Licitante
(Confeccionar documento em papel timbrado da licitante)



ANEXO X
MODELO DE DECLARAÇÃO ANTICORRUPÇÃO - LEI FEDERAL Nº 12.846/2013 E
DECRETO Nº 11.129/2022.

REF: Processo Administrativo nº. xxxx/2024, Modalidade Pregão Eletrônico SRP nº. xxxx/2024.

Objeto:

Por este instrumento a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado devidamente inscrita no CNPJ sob nº. _____, com sede na _____, n. _____, CEP: _____, Bairro _____, na cidade de _____, Estado da Bahia, através do seu representante legal, neste ato por Sr(a). _____, CPF: _____, RG: _____ – SSP/BA, residente à _____, n. _____, Bairro _____, CEP _____, na cidade de _____ Estado da _____, para fins do disposto no Edital do Pregão Eletrônico SRP Nº. 004/2024, **declaro**, sob as penas da lei, para fins de participação no certam e licitatório acima identificado, **declaramos que:**

a) estamos cientes, conhecemos e entendemos os termos das leis anticorrupção brasileiras ou de quaisquer outras aplicáveis sobre o objeto da presente licitação e futuro contrato, comprometendo-se a abster-se de praticar atividades que constituam uma violação das disposições destas regras anticorrupção, por si e por seus administradores, diretores, funcionários, empregados e agentes, bem como seus sócios que venham a agir em seu nome;

b) comprometemos a não praticar atos lesivos, para os fins da legislação pertinente, que atentem contra o seu patrimônio, contra os princípios da administração pública ou contra os compromissos assumidos, assim definidos;

c) comprometemos a não frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;

d) comprometemos a não impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;

e) comprometemos a afastar ou procurar afastar aquele licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;

f) comprometemos a não fraudar licitação pública, ATA ou contrato dela decorrente;

g) comprometemos a não criar de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar ATA ou contrato administrativo;

h) comprometemos não obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a Prefeitura Municipal de Cruz das Almas/Ba, sem expressa autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou

i) comprometemos a não manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro, o reequilíbrio econômico-fiananceiro ou aditivos dos contratos celebrados com a Prefeitura Municipal de Cruz das Almas/Ba;

j) A empresa licitante declara ainda, por si e por seus administradores, diretores, empregados, agentes, proprietários e acionistas que atuam em seu nome, e, concorda que a Prefeitura Municipal de Cruz das Almas/Ba terá o direito de realizar procedimento de fiscalização



e ou auditoria para se certificar da conformidade contínua com as declarações e garantias dadas neste ato, mediante notificação prévia, e que deve cooperar plenamente em qualquer auditoria realizada nos termos desta Declaração.

Cruz das Almas/BA, xxxxx de xxxxxx de 2024.

Assinatura e Carimbo CNPJ do Licitante
(Confeccionar documento em papel timbrado da licitante)



ANEXO XI

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE MENOR NO QUADRO DA EMPRESA – CUMPRIMENTO DO INCISO XXXIII, DO ART. 7º, DA CF

REF: Processo Administrativo nº. xxxx/2024, Modalidade Pregão Eletrônico SRP nº. xxxx/2024.

Objeto:

Por este instrumento a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado devidamente inscrita no CNPJ sob nº. _____, com sede na _____, n. _____, CEP: _____, Bairro _____, na cidade de _____, Estado da Bahia, através do seu representante legal, neste ato por Sr(a). _____, CPF: _____, RG: _____ – SSP/BA, residente à _____, n. _____, Bairro _____, CEP _____, na cidade de _____ Estado da _____, para fins do disposto no Edital do Pregão Eletrônico SRP Nº. 004/2024, **declaro**, sob as penas da lei, para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21, e de participação no processo licitatório acima identificado, **declaramos que:**

que não empregamos menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregamos menor de dezesseis anos, salvo, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, em consonância ao [inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal](#).

Cruz das Almas/BA, xxxxx de xxxxxx de 2024.

Assinatura e Carimbo CNPJ do Licitante
(Confeccionar documento em papel timbrado da licitante)



ANEXO XII
MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS PARA A
HABILITAÇÃO;

REF: Processo Administrativo nº. xxxx/2024, Modalidade Pregão Eletrônico SRP nº. xxxx/2024.

Objeto:

Por este instrumento a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado devidamente inscrita no CNPJ sob nº. _____, com sede na _____, n. _____, CEP: _____, Bairro _____, na cidade de _____, Estado da Bahia, através do seu representante legal, neste ato por Sr(a). _____, CPF: _____, RG: _____ – SSP/BA, residente à _____, n. _____, Bairro _____, CEP _____, na cidade de _____ Estado da _____, para fins do disposto no Edital do Pregão Eletrônico SRP Nº. 004/2024, **declaro**, sob as penas da lei, para fins de participação no processo licitatório acima identificado, **declaramos que:**

que, até a presente data, inexistem fatos impeditivos para a nossa habilitação no presente processo licitatório, inclusive condenação judicial na proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, transitada em julgada ou não desafiada por recurso com efeito suspensivo, por ato de improbidade administrativa, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Cruz das Almas/BA, xxxxx de xxxxxx de 2024.

Assinatura e Carimbo CNPJ do Licitante
(Confeccionar documento em papel timbrado da licitante)



ANEXO XIII
MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO INIDONEIDADE.

REF: Processo Administrativo nº. xxxx/2024, Modalidade Pregão Eletrônico SRP nº. xxxx/2024.

Objeto:

Por este instrumento a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado devidamente inscrita no CNPJ sob nº. _____, com sede na _____, n. _____, CEP: _____, Bairro _____, na cidade de _____, Estado da Bahia, através do seu representante legal, neste ato por Sr(a). _____, CPF: _____, RG: _____ – SSP/BA, residente à _____, n. _____, Bairro _____, CEP _____, na cidade de _____ Estado da _____, para fins do disposto no Edital do Pregão Eletrônico SRP Nº. 004/2024, **declaro**, sob as penas da lei, para fins de participação no processo licitatório acima identificado, **declaramos que:**

que não se encontra declarada inidônea, nem suspensa ou impedida de licitar e contratar com a Administração Pública.

Cruz das Almas/BA, xxxxx de xxxxxx de 2024.

Assinatura e Carimbo CNPJ do Licitante
(Confeccionar documento em papel timbrado da licitante)



ANEXO XIV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DAS EXIGÊNCIAS DOS INCISOS II E IV DO ART. 1º E NO INCISO III DO ART. 5º DA CF/88.

REF: Processo Administrativo nº. xxxx/2024, Modalidade Pregão Eletrônico SRP nº. xxxx/2024.

Objeto:

Por este instrumento a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado devidamente inscrita no CNPJ sob nº. _____, com sede na _____, n. _____, CEP: _____, Bairro _____, na cidade de _____, Estado da Bahia, através do seu representante legal, neste ato por Sr(a). _____, CPF: _____, RG: _____ – SSP/BA, residente à _____, n. _____, Bairro _____, CEP _____, na cidade de _____ Estado da _____, para fins do disposto no Edital do Pregão Eletrônico SRP Nº. 004/2024, **declaro**, sob as penas da lei, para fins de participação no processo licitatório acima identificado, **declaramos que:**

Não possuímos, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos II e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da CF/88.

Cruz das Almas/BA, xxxxx de xxxxxx de 2024.

Assinatura e Carimbo CNPJ do Licitante
(Confeccionar documento em papel timbrado da licitante)



**ANEXO XV
DADOS PARA ASSINATURA DO CONTRATO**

REF: Processo Administrativo nº. xxxx/2024, Modalidade Pregão Eletrônico SRP nº. xxxx/2024.

Objeto:

Por este instrumento a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado devidamente inscrita no CNPJ sob nº. _____, com sede na _____, n. _____, CEP: _____, Bairro _____, na cidade de _____, Estado da Bahia, através do seu representante legal, neste ato por Sr(a). _____, CPF: _____, RG: _____ – SSP/BA, residente à _____, n. _____, Bairro _____, CEP _____, na cidade de _____ Estado da _____, para fins do disposto no Edital do Pregão Eletrônico SRP Nº. 004/2024, **informamos** de responsabilidade exclusiva, sob as penas da lei, para fins de participação no processo licitatório acima identificado, que, caso venhamos a vencer este certame todos os dados necessários para celebração do contrato, senão vejamos:

EMPRESA:

CNPJ:

ENDEREÇO:

EMAILS:

TELEFONES:

REPRESENTANTE:

CPF:

RG:

ENDEREÇO:

EMAILS:

TELEFONES:

DADOS BANCARIOS:

BANCO:

AGENCIA

CONTA:

Cruz das Almas/BA, xxxxx de xxxxxx de 2024.

Assinatura e Carimbo CNPJ do Licitante
(confeccionar documento em papel timbrado da licitante)